



ENTREVISTA

O cientista político e sociólogo Bolívar Lamounier, diretor da Augurium Consultoria, defende a reforma política como um passo indispensável para o País, desde que precedida de estudos sérios e sem improvisações

SENAI GOIÁS

CONSULTORIAS AJUDAM A REDUZIR DESPERDÍCIOS E AMPLIAR PRODUTIVIDADE

IEL GOIÁS

FORMAÇÃO FACILITA ENTRADA DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

Goiás Industrial

ANO 64 / Nº 270 / JUNHO 2016

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS



PREVIDÊNCIA SOCIAL

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Sobram propostas, falta consenso

DEFENDIDA POR ECONOMISTAS E PELA INDÚSTRIA COMO SOLUÇÃO PARA ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA E A SAÚDE FISCAL DO SETOR PÚBLICO, REFORMA DA PREVIDÊNCIA ESBARRA NA AUSÊNCIA DE ACORDO

DESMONTE DA INDÚSTRIA

PERDA DE RELEVÂNCIA DO SETOR FOI "TRABALHO" DE TRÊS DÉCADAS

PERSPECTIVAS

ECONOMIA ESTANCA QUEDA, MAS CENÁRIO POLÍTICO CONTINUA INCERTO



Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come!

P principal problema estrutural da economia brasileira, a reforma da Previdência é inadiável, por mais que não haja, agora, um consenso mínimo no País para sustentar os caminhos a serem percorridos, como mostra ampla reportagem nesta edição da **Goiás Industrial**. O momento político e econômico do Brasil reflete isso.

Estimativas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) são assustadoras. As despesas gerais do setor previdenciário ameaçam alcançar 10% a 12% do Produto Interno Bruto (PIB). Projeções sugerem um déficit de todo o sistema muito próximo a R\$ 200 bilhões neste ano, somando o rombo do INSS e o déficit do regime próprio dos servidores federais.

Um cenário tenebroso, com desenho de um quadro insustentável, igualmente apontam estudos do IBGE sobre transição demográfica no País. Portanto, com polêmica ou sem polêmica, paixões políticas e outras dificuldades, o “bicho” precisa ser enfrentado para o bem de todos.

E “governar é matar um leão por dia”, ensina o cientista político e sociólogo Bolívar Lamounier, entrevistado nesta edição, sobre outra reforma – a política –, esta se não urgente, também indispensável. Em meio à grave crise em que se encontra o País, ele defende que a reforma política, se vier, deverá ser precedida de estudos sérios, dispensando improvisações.

De leitura obrigatória, outras duas reportagens explicam as origens do processo de desmanche da indústria brasileira, resgatando a história de três décadas de baixo crescimento da economia como um todo. Ao mesmo

“Com polêmica ou sem polêmica, paixões políticas e outras dificuldades, o 'bicho' - reforma da Previdência - precisa ser enfrentado para o bem de todos.”

PEDRO ALVES DE OLIVEIRA, presidente da Fieg e do Conselho Deliberativo do Sebrae Goiás

tempo, se a economia bateu no fundo do poço, as perspectivas, felizmente, são de que a atividade deve parar de cair como resultado do ajuste das indústrias na área de estoque, do dólar mais caro, da perda de força da inflação e melhora no cenário político.

Regionalmente, o destaque da edição fica por conta de amplo raio X que a Fieg acaba de fazer do polo industrial de Rio Verde, no Sudoeste goiano, levantando potencialidades e gargalos que inibem o crescimento de sua economia, puxada pela força do agronegócio. O estudo foi lançado e discutido na cidade oportunamente no Dia da Indústria (25 de maio), simultaneamente à inauguração de expansão do Senai Rio Verde, destinada a atender a demandas das indústrias da região, que ganhou, em Jataí, sua quarta Unidade Integrada Sesi Senai.

Boa leitura!



SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

Presidente: Wilson de Oliveira

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
E-mail: fieg.regional@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional: Pedro Alves de Oliveira
Superintendente: Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor: Hélio Naves
Superintendente: Humberto Oliveira

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretor: Carlos Alberto de Paula Moura Jr.
Superintendente: Dayana Costa Freitas Brito

Diretores

Sandro Antônio Scodro Mabel
Otávio Lage de Siqueira Filho
José Nivaldo de Oliveira
Jaime Canedo
Pedro Silvério Pereira
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
João Essado
Elvis Roberson Pinto
Sílvio Inácio da Silva
Eliton Rodrigues Fernandes
Olympio José Abrão
Carlos Roberto Viana
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Ledra
José Antônio Vitti
José Luiz Martin Abuli
Wellington Soares Carrijo
Álvaro Otávio Dantas Maia
Jair Rizzi
Robson Peixoto Braga
Edilson Borges de Souza
José Divino Arruda
Domingos Sávio Gomes de Oliveira
Eduardo Cunha Zuppani
Mário Renato Guimarães de Azeredo
Emílio Carlos Bittar
Antônio Benedito dos Santos
Leopoldo Moreira Neto

Conselho fiscal

Célio Eustáquio de Moura
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Orizomar Araújo Siqueira

Conselho de representantes junto à CNI

Pedro Alves de Oliveira
Paulo Afonso Ferreira

Conselho de Representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior
Ailton Aires Mesquita
Alexandre Araújo Moura
Alexandre Baldy de Sant'anna Braga
Álvaro Otávio Dantas Maia
Antônio Alves de Deus
Antônio Benedito dos Santos
Antônio Humberto Alves de Sousa
Bruno Franco Beraldi Coelho
Carlos Alberto de Paula Moura Júnior
Carlos Alberto Vieira Soares

Carlos Roberto Viana
Célio Eustáquio de Moura
Daniel Viana
Domingos Sávio G. de Oliveira
Edilson Borges de Sousa
Eduardo Cunha Zuppani
Eduardo José de Farias
Eliton Rodrigues Fernandes
Elvis Roberson Pinto
Enoque Pimentel do Nascimento
Emílio Carlos Bittar
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Paiva Ferrari
Flávio Santana Rassi
Gilberto Martins da Costa
Hélio Naves
Heitor de Oliveira Nato Neto
Heribaldo Egidio
Ian Moreira Silva
Jaime Canedo
Jair Rizzi
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Joana D'Arc da Silva
João Essado
Joaquim Cordeiro de Lima
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
José Alves Pereira
José Antônio Vitti
José Divino Arruda
José Luiz Martin Abuli
José Magno Pato
José Romualdo Maranhão
Laerte Simão
Leopoldo Moreira Neto
Luiz Antônio Gonçalves Fidelis
Luiz Antônio Vessani
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Rézio
Marley Antônio Rocha
Olavo Martins Barros
Orizomar Araújo de Siqueira
Otávio Lage de Siqueira Filho
Paulo Lobo de Araújo Júnior
Paulo Sérgio de Carvalho Castro
Pedro Alves de Oliveira
Pedro de Souza Cunha Júnior
Plínio Boechat Lopes
Roberto Elias de Lima Fernandes
Robson Peixoto Braga
Sandro Antônio Scodro Mabel
Sávio Cruvinel Câmara

Sílvio Inácio da Silva
Ubiratan da Silva Lopes
Valdenício Rodrigues de Andrade
Wilson de Oliveira

CONSELHOS TEMÁTICOS

Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Presidente: Heribaldo Egidio

Conselho Temático de Meio Ambiente
Presidente: Pedro Silvério Pereira

Conselho Temático de Infraestrutura
Presidente: Célio Eustáquio de Moura

Conselho Temático de Relações do Trabalho
Presidente: Olympio José Abrão

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa
Presidente: Jaime Canedo

Conselho Temático de Responsabilidade Social
Presidente: Antônio de Sousa Almeida

Conselho Temático de Agronegócios
Presidente: Joaquim Guilherme Barbosa de Souza

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais
Presidente: Emílio Bittar

Conselho Temático Fieg Jovem
Presidente: Leandro Almeida

Conselho Temático de Desenvolvimento Urbano
Presidente: Ilézio Inácio Ferreira

Câmara Setorial de Mineração
Presidente: Wilson Borges

Câmara Setorial da Indústria da Construção
Presidente: Sarkis Nabi Curi

DIRETORIA DA FIEG (2015-2018)

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

1º Vice-presidente: Wilson de Oliveira

2º Vice-presidente: Antônio de Sousa Almeida

3º Vice-presidente: Gilberto Martins da Costa

1º Diretor Secretário: Carlos Alberto de Paula Moura Júnior

2º Diretor Secretário: Heribaldo Egidio

1º Diretor Financeiro: André Luiz Baptista Lins Rocha

2º Diretor Financeiro: Hélio Naves

EXPEDIENTE

Goiás Industrial
REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Direção
José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo
Geraldo Neto

Edição
Lauro Veiga Filho e Dehovan Lima

Reportagem
Andelaide Lima, Célia Oliveira, Daniela Ribeiro, Nathalya Toalieri e

Janaina Staciari e Corrêa

Colaboração
Wellington da Silva Vieira

Fotografia
Alex Malheiros

Projeto gráfico
Jorge Del Bianco

Capa, ilustrações, diagramação e produção
Jorge Del Bianco
DC Design Gráfica e Comunicação

Impressão
Gráfica Kelps

Departamento Comercial
(62) 3219-1720

Redação e correspondência
Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300 - Fax (62) 3229-2975
Home page: www.sistemafieg.org.br
E-mail: ascom@sistemafieg.org.br

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista

Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Nº 270 / JUNHO 2016



ENTREVISTA

8/ Bolívar Lamounier, cientista política e sociólogo, defende um "parlamentarismo consistente", com voto distrital puro e redução do número de senadores e deputados por Estado, como parte de uma reforma política considerada por ele inadiável.



IEL GOIÁS

12/ O programa Jovem Aprendiz, lançado em 2015 por Senai e IEL Goiás, muda a perspectiva de vida de alunos do ensino médio, oferecendo formação teórica e prática com foco no mercado profissional, em parcerias com empresas e instituições, como a UniEvangélica, dirigida por Lúcio Carlos Boggian (foto).



SENAI GOIÁS

15/ Com a aplicação de técnicas de manufatura enxuta, consultores do Senai Goiás (foto) ajudam a combater desperdícios no chão-de-fábrica e permite que empresas aprimorem sua produtividade.

shutterstock



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Sobram propostas, falta consenso

CAPA/REFORMA DA PREVIDÊNCIA

20/ Definição de uma idade mínima para aposentadoria, desvinculação dos reajustes do benefício dos aumentos definidos para o salário mínimo, fim dos regimes especiais, incluindo a extinção de distinções por gênero e categoria profissional, além de alongamento do tempo de contribuição, ampliando-se a permanência do trabalhador na ativa. Esses são pontos defendidos pela CNI e alguns especialistas para a reforma da Previdência. Mas falta consenso em torno das propostas.



shutterstock

SESI GOIÁS

17/ Programa Alimentação Saudável promove melhoria no cardápio dos trabalhadores dentro das empresas, com ganhos para a saúde e para a produtividade da operação.

DESMONTE DA INDÚSTRIA

38/ Durante três décadas, a indústria esteve submetida a políticas macroeconômicas hostis, com juros altos, dólar barato, custos elevados, distorções tarifárias e tributárias e deficiências não enfrentadas no setor de infraestrutura. O resultado, agravado pela crise recente, foi a queda acelerada da participação do setor no Produto Interno Bruto (PIB).



CRISE E PERSPECTIVAS

31/ Indícios mais recentes sugerem que a atividade econômica parou de piorar, favorecida, agora, pelo câmbio desvalorizado, pela redução no nível dos estoques nas empresas e pelo menor fôlego da inflação.

■ **Sarkis Nabi Curi:** sistema cria ambiente que agrega valor, melhora a gestão e reduz custos e desperdícios na construção de edifícios e de infraestruturas



Desde a prancheta até a demolição

Sistema integrado de informações torna mais eficiente o processo de tomada de decisões na construção, cobrindo todo o ciclo de vida das obras

A plataforma BIM (em inglês, Building Information Modeling), ou sistema de modelagem da informação da construção, vai além de um simples software dedicado. Trata-se de um sistema integrado que permite a realização e o acompanhamento, com base em um conjunto de informações confiáveis, de projetos de construção desde sua concepção até sua execução integral, cobrindo ainda a fase de operação. “A plataforma reúne tecnologias e processos que visam melhorar a integração das informações entre os diversos agentes da cadeia produtiva da construção e proporciona informações para a tomada de decisões durante o ciclo de vida do edifício ou infraestrutura”, resume Sarkis Nabi Curi, presidente da Câmara Setorial da Indústria da Construção da Fieg.

A plataforma foi desenvolvida especificamente para o setor de construção, de acordo com Curi, e contribuiu para desenvolver “um ambiente que agrega valor desde os estudos iniciais de viabilidade, passando pelo desenvolvimento de projetos, quantificação e orçamentação, planejamento e controle de obras, comissionamento, gestão e operação dos edifícios até sua demolição”.

O sistema, quando implantado de maneira correta, descreve ainda Curi, permite “melhor visualização da obra a ser construída, redução de erros e retrabalhos, antecipação na detecção de interferências, diminuição no tempo na extração de custos/orçamentos”, entre outros benefícios. Além disso, acrescenta ele, a adoção da plataforma traz ainda redução de custos e otimização dos serviços de operação e manutenção.

As experiências de sucesso nessa área têm demonstrado que sua implantação demanda a instalação de processos e ferramentas específicas, mudança na cultura corporativa e investimentos em hardware e software, “além de gestão da mudança e intenso de-

envolvimento de recursos humanos”, sugere Curi. Para assegurar o retorno sobre o investimento, complementa ele, torna-se fundamental investir em conhecimento, envolvendo a contratação de consultorias especializadas como forma de assegurar o “desempenho e a eficácia das mudanças requeridas”. ■

Oito motivos para implantar o BIM

- ▶ A visualização tridimensional facilitada aumenta a compreensão do empreendimento e reduz possibilidades de erros
- ▶ Os softwares de autoria em BIM proporcionam um ambiente integrado de informações que geram projetos e sua documentação com maior riqueza de informações e consistência entre as mesmas
- ▶ As análises desenvolvidas na fase de projeto permitem identificar o desempenho energético, térmico ou estrutural, facilitando a adoção de alternativas que reduzirão o custo total do edifício
- ▶ Reduzir interrupções em canteiro com projetos mais consistentes
- ▶ BIM 4D permite a visualização da sequência construtiva, tomando clara a intenção da equipe de planejamento e facilitando a compreensão por parte da equipe de campo
- ▶ A extração de quantitativos é bastante facilitada, tornando o processo de orçamentação bastante rápido e preciso
- ▶ A utilização de dispositivos móveis facilita a consulta de informações em campo
- ▶ A fase mais longa do ciclo de vida do edifício ou infraestrutura tem seus processos facilitados, ao permitir a criação do banco de dados inicial de espaços e equipamentos através da migração das informações entre modelo BIM e sistemas de gestão integrados

Fonte: Câmara Setorial da Indústria da Construção da Fieg



■ Pedro Alves e o governador Marconi Perillo recebem o ministro Marcos Pereira (centro) na Casa da Indústria

Da indústria ao novo ministro da Indústria

Em encontro na Casa da Indústria, Marcos Pereira recebe documento com demandas do segmento, como estímulo às exportações, melhoria na infraestrutura e aceleração de acordos comerciais internacionais

Uma semana depois de assumir o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no governo interino do vice-presidente Michel Temer, Marcos Pereira esteve,

no dia 19 maio, na Casa da Indústria, sede da Fieg, em Goiânia. No encontro com empresários, ele recebeu do presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, documento com sete pontos, que resumem demandas gerais do setor produtivo, entre as quais sugestões na área de atuação do MDIC.

Um dos principais pontos elencados no documento elaborado pelo setor industrial, a rejeição às propostas de aumento da carga tributária é ressaltada pelo presidente da Fieg, para quem a retomada do crescimento deve se dar pela redução das despesas públicas, com aumento da eficiência da gestão, e pela restauração da confiança dos investidores. “O equilíbrio do orçamento público tem de ser feito pelo corte de gastos, e não pelo aumento de impostos que já oneram, sobremaneira, toda a sociedade brasileira e impedem a maior competitividade sistêmica do País”, observa.

Demandas da indústria goiana

- ▶ **Diálogo aberto e permanente** – As lideranças empresariais desejam contribuir com o Brasil neste momento de dificuldades, visando à adoção de medidas transparentes e eficazes na área de competência do MDIC;
- ▶ **Comércio Exterior** – Estímulo às exportações, por meio da articulação de uma política cambial adequada, melhorias na infraestrutura e aceleração de acordos comerciais internacionais. O setor entende que a atual cotação do dólar cria oportunidades que precisam ser aproveitadas, no mercado externo, aumentando a competitividade dos produtos brasileiros;
- ▶ **Reforma trabalhista** – Apoio junto aos Poderes Executivo e Legislativo para a reforma da legislação trabalhista, especialmente no que se refere à valorização das negociações acordadas em convenções coletivas;
- ▶ **Terceirização** – Apoio para aprovação do projeto que regulamenta a terceirização, permitindo que se aplique também às atividades-fim das empresas contratantes;
- ▶ **Juros** – Articulação junto ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central, visando à redução da taxa de juros, para favorecer os investimentos que são inibidos pelas taxas praticadas atualmente. O setor está convicto de que o aumento da receita da qual o governo necessita virá da recuperação da atividade econômica;
- ▶ **Carga tributária** – Rejeição à ideia de aumento da carga tributária por meio da criação de novos tributos;
- ▶ **Pronatec** – Apoio à continuidade e dinamização do Pronatec, dada sua importância social e econômica para o País.

A reforma INDISPENSÁVEL

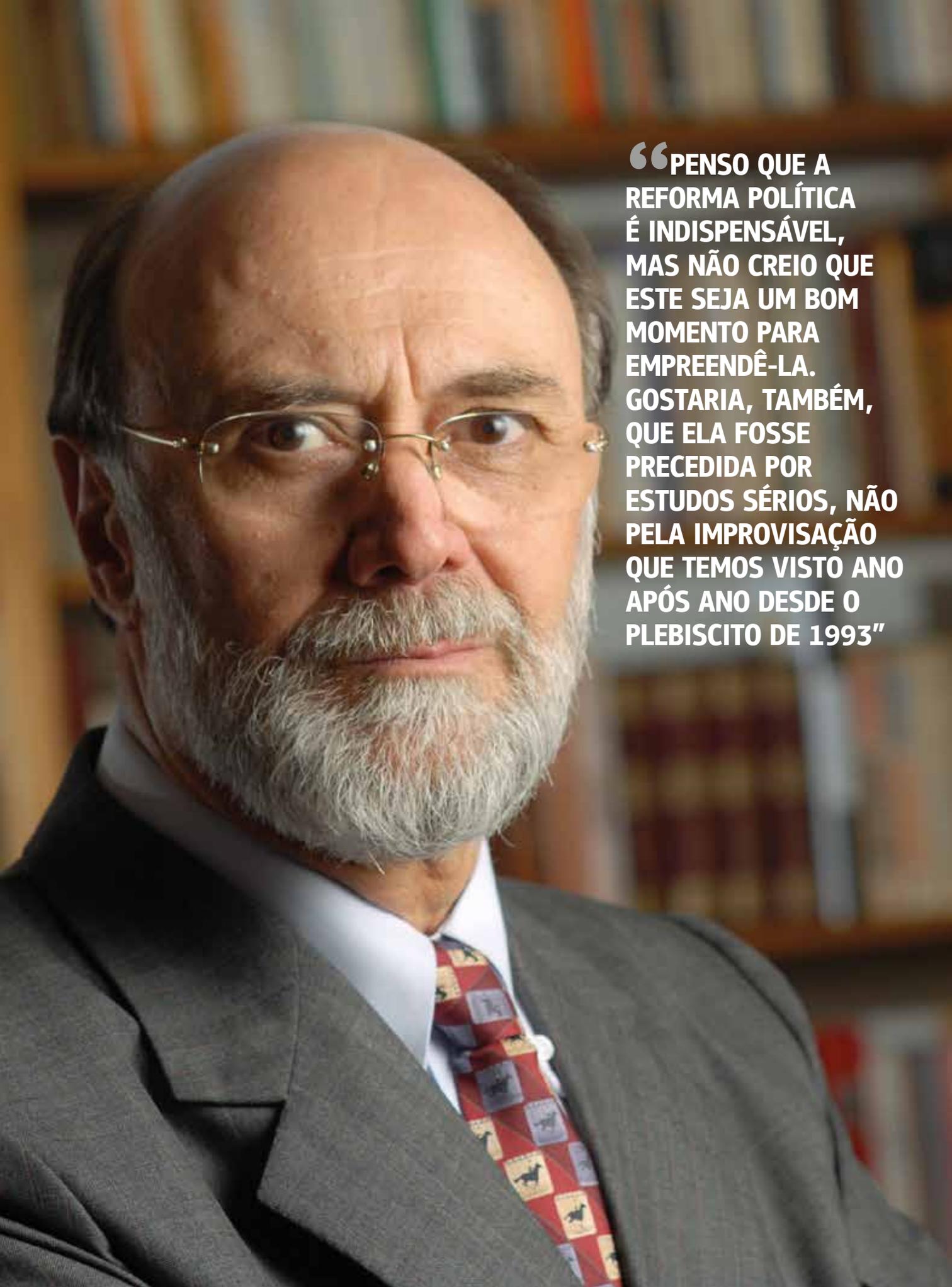
Cientista político, sociólogo e, atualmente, membro do Comitê Assessor Acadêmico do Clube de Madri (fórum criado em 2002, com participação de ex-chefes de Estado, para promover a democracia no mundo), **Bolívar Lamounier**, diretor da Augurium Consultoria, defende a reforma política como indispensável. Mas acredita que talvez este não seja o momento mais adequado para destravá-la. Em entrevista à **Goiás Industrial**, Lamounier, mais identificado com ideário tucano, afirma que a reforma, se vier, deverá ser precedida de estudos sérios, dispensando improvisações.

Mas ele não se furta a oferecer sua receita para uma reforma mais profunda, sugerindo, “esquemáticamente”, um parlamentarismo “consistente”, com voto distrital, preferencialmente “puro”, ao estilo dos Estados Unidos, com redução do número de senadores e deputados. Extremamente crítico aos governos petistas, muito especialmente em relação à gestão Dilma Rousseff, agora afastada do cargo enquanto aguarda o julgamento do processo de impeachment pelo Senado, Lamounier sustenta que o caminho para fazer o ajuste fiscal e, ao mesmo tempo, acomodar os interesses políticos no entorno do governo interino exigirá negociações exaustivas. Afinal, diz ele, “governar é matar um leão por dia.”

Goiás Industrial - Investigada em suas origens, a que fatores se pode atribuir a crise enfrentada pelo País neste momento na arena política? Como o País chegou a esse nível de radicalização?

Bolívar Lamounier - Uma resposta adequada exigiria um livro inteiro. Esquemáticamente, a crise se deveu a dois fatores: à chegada ao poder de um líder e um partido (Lula e o PT) inequivocamente populistas e ao fato de Lula, surfando 83% de popularidade, ter atropelado seu próprio partido e as regras normais do bom convívio político, impondo ao País uma candidata totalmente despreparada para o exercício da presidência da República. Este segundo fator foi agravado até a enésima potência pela reeleição dela em 2014, numa campanha irrigada por dinheiro ilícito e orientada do começo ao fim por uma tentativa mentirosa de ocultar a real situação da economia. Dizem que toda mentira

tem pernas curtas, mas essa deve ter sido a de pernas mais curtas da história política brasileira. Iniciado o segundo mandato, constatou-se o óbvio: a situação do País era catastrófica e o governo vinha cometendo crimes de responsabilidade ao violar flagrantemente a legislação fiscal e orçamentária. Em vez de renunciar pura e simplesmente, para poupar sofrimentos ao País, Dilma, Lula e as entidades radicais que gravitam em torno deles apelaram seguidamente para a mentira do “golpe” e para ameaças de “incendiar” o País. Como se não bastasse, o processo de impeachment era dificultado pelo comprometimento, ao que tudo indica, do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha em ilícitos extremamente sérios e por intervenções no mínimo inábeis de uma minoria do Supremo Tribunal Federal (STF). Mas, ao fim e ao cabo, podemos dizer que as instituições democráticas foram testadas até o limite e cumpriram adequadamente sua missão. ▶

A close-up portrait of a middle-aged man with a full, grey beard and mustache, wearing thin-rimmed glasses. He is dressed in a dark grey suit jacket, a white collared shirt, and a red tie with a repeating pattern of small, dark silhouettes. The background is a blurred bookshelf filled with books. The lighting is soft, highlighting the texture of his beard and the details of his clothing.

“PENSO QUE A REFORMA POLÍTICA É INDISPENSÁVEL, MAS NÃO CREIO QUE ESTE SEJA UM BOM MOMENTO PARA EMPREENDÊ-LA. GOSTARIA, TAMBÉM, QUE ELA FOSSE PRECEDIDA POR ESTUDOS SÉRIOS, NÃO PELA IMPROVISAÇÃO QUE TEMOS VISTO ANO APÓS ANO DESDE O PLEBISCITO DE 1993”

Goiás Industrial - Na sua visão, o que se pode dizer de um sistema político que, desde a redemocratização, deverá afastar (se o cenário político se mantiver inalterado nos próximos meses) seu segundo presidente entre quatro eleitos diretamente no período?

Lamounier - À primeira vista, isso não é bom, mas tendo em vista os comportamentos dos personagens principais, Collor e Dilma, eu diria que é muito bom. Seria muito melhor se nosso regime fosse parlamentarista, no presidencialismo é difícil chegar a um resultado melhor que esse.

Goiás Industrial - Em momentos de crise, sempre ressurgem as propostas de mudanças e reformas. No caso atual, a reforma política sugerida por diferentes setores pode ser um caminho? Mas como conciliar os diversos interesses em jogo numa fase de extrema divisão entre aqueles setores? Mais do que isso, que tipo de reforma política responderia mais aos interesses do País?

Lamounier - Penso que a reforma política é indispensável, mas não creio que este seja um bom momento para empreendê-la. Gostaria, também, que ela fosse precedida por estudos sérios, não pela improvisação que temos visto ano após ano desde o plebiscito de 1993. Que tipo de reforma política? Tendo ressaltado a importância de estudos preliminares sérios, eu não deveria responder a esta pergunta, mas aqui vão, esquematicamente, algumas indicações: um regime parlamentarista consistente. O modelo francês já seria um avanço em relação ao nosso presidencialismo, mas é um híbrido, eu preferiria um parlamentarismo de verdade; voto distrital, de preferência puro (um representante por distrito), como o dos Estados Unidos; redução do número de senadores de três para dois por Estado e de deputados federais para um total em torno de 400, com um mínimo de quatro ou menos por Estado; a manter-se o voto proporcional nos moldes atuais, uma drástica redução do número de partidos por meio da chamada “cláusula de barreira”, da proibição de coligações em eleições parlamentares e de mecanismos complementares.

Goiás Industrial - Levando-se em conta a tendência atual no Senado em favor do afastamento da presidente, que cenários podem ser considerados daí em diante?

Lamounier - A chance de reversão do afastamento parece-me ser zero; só uma hecatombe poderia levar a isso.



“AO FIM E AO CABO, PODEMOS DIZER QUE AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS FORAM TESTADAS ATÉ O LIMITE E CUMPRIRAM ADEQUADAMENTE SUA MISSÃO”

Goiás Industrial - Quais serão os maiores desafios a serem enfrentados pelo vice-presidente Michel Temer, hoje no exercício da Presidência, e qual o papel o sr. imagina que deveria ser exercido por este novo governo, tomando como ponto inicial a necessidade, que parece urgente, de uma reconciliação nacional?

Lamounier - Começando pelo fim, uma verdadeira reconciliação nacional levará tempo, pois a causa da divisão é a ideologia e as práticas históricas de Lula, do PT e das entidades por eles satelitadas, que sempre apostaram no enfrentamento. A reconciliação deve ser buscada, claro, mas depende muito mais de Lula et caterva se reformularem que de atitudes ou políticas do governo Temer. Quanto aos desafios, penso que a agenda está claríssima: ajustar as contas públicas; reativar o investimento e reverter a tendência de queda do emprego; recuperar a credibilidade internacional do País. Quanto a este último ponto, o novo governo começou com o pé direito, com o ministro José Serra chamando às falas os países que irresponsavelmente se alinharam ao discurso dilmista do “golpe”.

Goiás Industrial - Mais uma vez, como conciliar a necessidade de negociações e convênios políticos na montagem de um novo ministério com a demanda dos mercados por um ajuste fiscal que traga previsibilidade para as contas públicas e anteveja uma reversão na tendência de crescimento da relação entre dívida e PIB, num momento de retração na economia?

Lamounier - Primeiro, mostrando ao Congresso Nacional e à sociedade a real situação legada por Dilma Rousseff, uma verdadeira catástrofe. Segundo, negociando, negociando e negociando. Governar é matar um leão por dia.

Goiás Industrial - Ainda em sua visão, como cada um dos principais atores da cena política - Executivo, Legislativo e Judiciário - têm se saído diante da crise?

Lamounier - O Legislativo e o Judiciário, bastante bem. O Executivo, pateticamente; poderia ter se saído bem e com dignidade se Dilma tivesse renunciado, poupando ao País o drama que ele atravessou. Eu tive a esperança de que ela fizesse isso, mas fui obrigado a me convencer que é esperar demais de uma pessoa tão despreparada para uma função pública de nível alto.

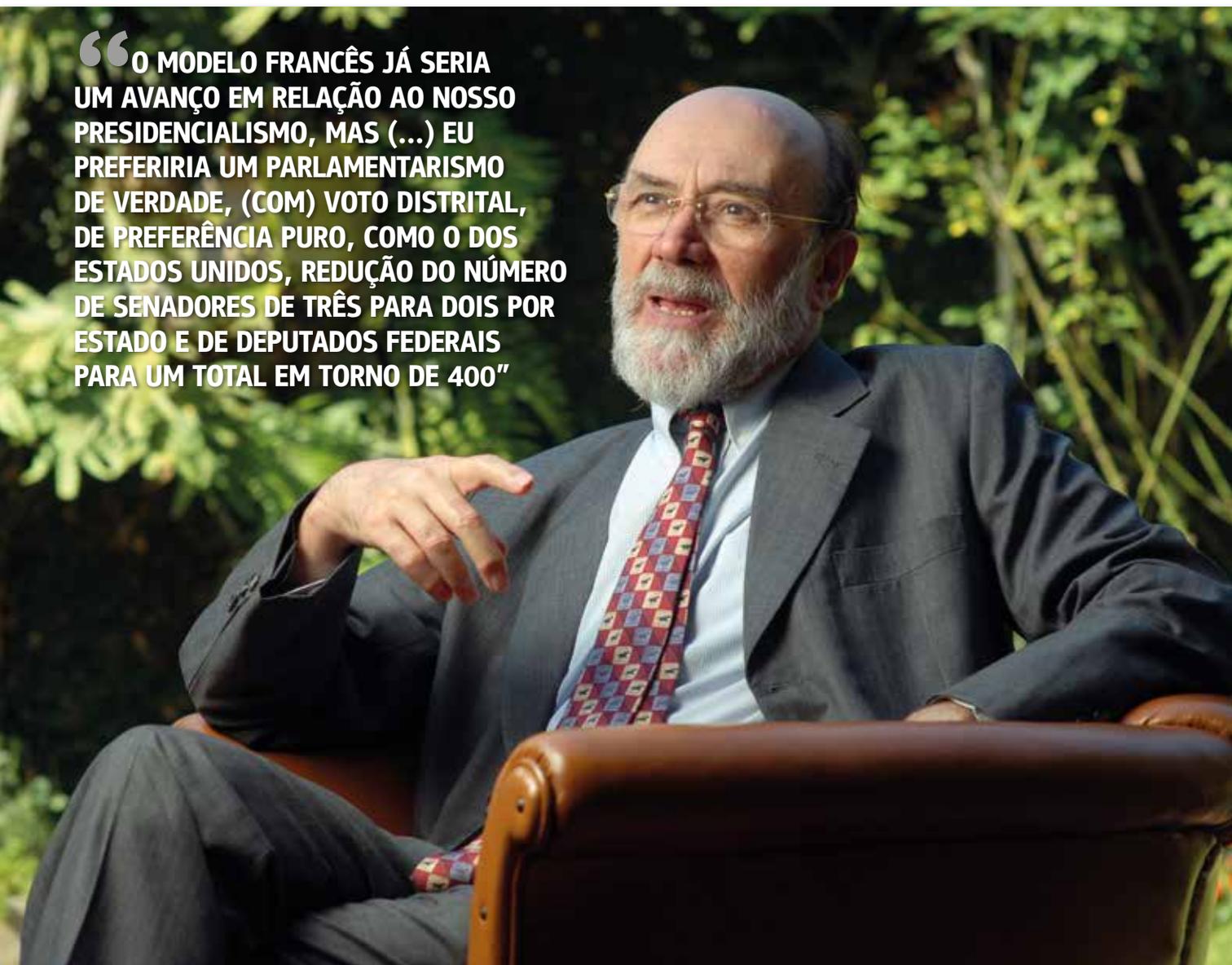
Goiás Industrial - Como tem havido uma “judicialização” do processo político, para usar um jargão recente, o Judiciário e, mais precisamente, a Suprema Corte tem desempenhado um papel à altura do que exige esse momento crítico?

Lamounier - Tirante a patacoada encenada pelos ministros Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio Mello, coadjuvados pelo chefe da AGU (Advocacia Geral da União), José Eduardo Cardozo, sim, penso que o STF cumpriu bem seu papel. ■



“QUANTO AOS DESAFIOS (DO NOVO GOVERNO), PENSO QUE A AGENDA ESTÁ CLARÍSSIMA: AJUSTAR AS CONTAS PÚBLICAS; REATIVAR O INVESTIMENTO E REVERTER A TENDÊNCIA DE QUEDA DO EMPREGO; RECUPERAR A CREDIBILIDADE INTERNACIONAL DO PAÍS”

“O MODELO FRANCÊS JÁ SERIA UM AVANÇO EM RELAÇÃO AO NOSSO PRESIDENCIALISMO, MAS (...) EU PREFERIRIA UM PARLAMENTARISMO DE VERDADE, (COM) VOTO DISTRITAL, DE PREFERÊNCIA PURO, COMO O DOS ESTADOS UNIDOS, REDUÇÃO DO NÚMERO DE SENADORES DE TRÊS PARA DOIS POR ESTADO E DE DEPUTADOS FEDERAIS PARA UM TOTAL EM TORNO DE 400”



Jovem Aprendiz, aposta vitoriosa

Parceria entre Senai e IEL, novo programa promove acesso do jovem ao mercado de trabalho e apoia organizações no cumprimento da cota de aprendizagem

Célia Oliveira

Lançado no final de 2015 pelo Senai e IEL (Instituto Euvaldo Lodi), o programa Jovem Aprendiz muda a perspectiva de vida de centenas de estudantes do ensino médio em cidades goianas onde a experiência é implantada. Com idade entre 14 e 24 anos, eles passam por formação teórico-prática viabilizada, também, pela adesão de empresas. Dentro de 18 meses, em média, as primeiras turmas serão entregues ao mercado de trabalho, com novas possibilidades de carreira profissional.

À época do lançamento do programa, o diretor regional do Senai, Paulo Vargas, adiantou tratar-se de uma iniciativa relevante ao convergir o trabalho de duas instituições, respeitadas em suas áreas de atuação, para um ponto comum. “A expectativa é fazer um trabalho que esteja à altura não só da indústria, mas também do comércio e de outros setores da economia de Goiás”, afirmou.

“Damos a eles a oportunidade de se tornarem cidadãos plenos a partir do acesso ao conhecimento, do

aprendizado de uma profissão e do planejamento da carreira”, destaca Humberto de Oliveira, superintendente do IEL Goiás.

De acordo com Oliveira, o programa cria perspectivas para os jovens, ao promover a inserção deles num ambiente educacional que os levará a conquistar um trabalho, uma renda, transformando suas vidas.

PARCERIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Ao somar recursos e esforços para ampliar oportunidades aos jovens goianos, Senai e IEL colaboram com a política pública da aprendizagem e estimulam a adesão de empresas, numa participação corporativa de responsabilidade social.

Instituição de ensino instalada em Anápolis, a UniEvangélica foi a primeira empresa a celebrar contrato para formar aprendizes, no âmbito do programa do Senai-IEL, por acreditar na experiência das instituições do Sistema Fieg, segundo o diretor do Centro Administrativo da universidade, Lúcio Carlos Boggian.

A adesão das organizações produtivas demonstra a importância da aprendizagem como meio de revelar e formar novos talentos. Essa é uma das razões que explica o trabalho desenvolvido com jovens pelo Shopping Flamboyant, de Goiânia.



■ Aprendendo desde cedo: com apoio das empresas, turmas de jovens passam por formação teórica e prática nas escolas do Senai e IEL



■ **Boggian, da UniEvangélica:**
“Acreditamos no programa como caminho para o trabalho e queremos educar nossos jovens para isso”

De acordo com a coordenadora de Gestão de Pessoas do centro comercial, Marcela Mota da Costa, o programa possibilita ao jovem sua autoafirmação e dá bases para escolha de uma carreira ao conviver com outros profissionais já com vasta experiência. Em meio a esse ambiente, que proporciona a vivência de diferentes situações corporativas, ela vislumbra a formação de colaboradores para a organização. “Oferecemos desenvolvimento humano e profissional e aprendemos também.”

A opção pelo Jovem Aprendiz, lembra Marcela, se deu logo ao procurar o IEL Goiás para conhecer o programa. “O processo de recrutamento e seleção atendeu ao que nós solicitamos, vindo agregar aquilo que buscávamos.”

GARIMPAR E CONTRATAR

Para o Teuto/Pfizer, complexo industrial farmacêutico de Anápolis, a adesão ao programa busca não apenas cumprir a lei, que obriga a contratação de cotas de aprendizagem, mas também preparar futuros talentos para integrar o quadro efetivo.

“Com o programa, nutrimos nossos objetivos de poder reter esses jovens, a partir de um trabalho pautado na educa-



■ **Marcela Costa:** “Essa parceria é de sucesso. O IEL na gestão e o Senai na formação técnico-profissional”

ção e na prática, já observando a cultura da empresa”, observa a analista de Recursos Humanos, Juliete Lemes.

Para ela, a parceria Senai-IEL é a oportunidade de propiciar a esse público uma formação mais sólida e com valores que norteiam o cotidiano de uma empresa.

A Urban - Mobilidade Urbana de Anápolis é outra a investir na aprendizagem visando futuras contratações. Responsável pelo transporte coletivo no município, a empresa mantém em suas operações mais de 20 aprendizes, com expectativa de aproveitá-los no quadro de colaboradores efetivos. “O índice de contratação de jovens aprendizes na empresa, após o período que rege a legislação para a qualificação, chega a 80%”, aponta a auxiliar de Administração da Urban, Rosemar Policena.



■ **Juliete Lemes, da Teuto:** “Temos experiência ampla com o IEL na área de estágio, e isso é muito bom. Temos certeza de que com a aprendizagem não será diferente”



■ **Rosemar Policena:** “Buscamos pela parceria Senai-IEL por considerar as duas instituições aptas a desenvolver jovens aprendizes com qualificação melhor”

Ela observa que a empresa já formou muitos recursos humanos por meio do programa de aprendizagem. “Por isso ganhamos, ao contar com profissionais que acatam nossa filosofia e objetivos. O retorno que temos é bom.”

Como é o Programa Jovem Aprendiz Senai-IEL

A parceria Senai-IEL no âmbito do Programa Jovem Aprendiz atende às duas pontas do processo - ao jovem, com sua inserção no mercado de trabalho, e às empresas, no cumprimento da legislação vigente, ao propiciar às organizações formações e condições de gestão. Promover a capacitação técnico-profissional dos jovens, estimular a educação e a inclusão social é a principal missão do programa.

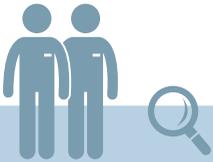
Formas de contratação de aprendizes

Ao se tornar parceira, a empresa pode optar pelas seguintes modalidades de contratação de aprendizes por meio do Senai/IEL:

- ▶ Senai-IEL Capacitador: A aprendizagem profissional será realizada por meio de parceria em que o Senai ministra os conteúdos dos módulos básico e específico, em conformidade com a ocupação profissional que o aprendiz irá executar na empresa. O IEL fica responsável pelos conteúdos do módulo de educação para o trabalho. Toda aprendizagem ocorre nas dependências do Senai.
- ▶ IEL Empregador: O IEL está legalmente habilitado a atuar como capacitador e empregador, assumindo a condição de empregador com suas respectivas obrigações, viabilizando aos clientes o cumprimento das cotas de aprendizagem sob sua responsabilidade, quando as empresas não quiserem assumir a contratação direta do jovem aprendiz.

Benefícios e vantagens para as organizações

- ▶ Orientação e apoio no cumprimento da legislação
- ▶ Qualidade no serviço pela credibilidade do Senai e do IEL
- ▶ Reconhecida qualidade da educação e das instalações físicas do Senai
- ▶ Portfólio de cursos de aprendizagem ofertados pelo Senai e gratuitos para empresas do segmento industrial
- ▶ Experiência do IEL na interação empresa-escola e no desenvolvimento de pessoas
- ▶ Possibilidade de atendimento em diversas demandas e localidades das empresas
- ▶ Portfólio integrado para cliente (estágio, aprendiz, emprego, capacitação, etc.)
- ▶ Possibilidade de redução de custo
- ▶ Prática reconhecida pelos órgãos fiscalizadores
- ▶ Gestão administrativa dos contratos
- ▶ Atuação do IEL nas fases de recrutamento e seleção
- ▶ Atendimento a empresas públicas, privadas, sociedades de economia mista e o comércio, executando cursos sob demanda para suas necessidades. ■



Serviço: Contatos IEL Goiás: (62) 3257-6502 - www.ielgo.com.br

O melhor conjunto de informações estratégicas para a gestão de sua empresa

A CMA possui o maior e mais completo conjunto de informações macroeconômicas, financeiras, de commodities e setoriais estrategicamente organizadas para áreas financeiras, tesourarias, de planejamento, inteligência de mercado e relações com investidores de empresas dos mais diversos setores da economia.

Solicite uma demonstração gratuita

(61) 3224-5552

infocma@cma.com.br

www.cma.com.br



Enxugar para aumentar produtividade

■ Consultoria especializada: iniciativa busca reduzir desperdícios que tradicionalmente afetam a produtividade no chão-de-fábrica

Senai leva consultoria para mais produtividade a 220 pequenas e médias indústrias em Goiás. Em todo o País, serão 3 mil empresas.

Andelaide Lima

A baixa produtividade da indústria brasileira é, ainda, um dos principais fatores que limitam a competitividade do setor produtivo no País. Em busca de soluções rápidas para resolver o problema, o programa Brasil Mais Produtivo, lançado em abril pelo governo federal, prevê intervenções de baixo custo nas empresas para alcançar ganhos expressivos de produtividade por meio de técnicas de manufatura enxuta.

Com consultorias realizadas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), a iniciativa visa reduzir sete tipos de desperdícios tradicionais que ocorrem no chão-de-fábrica: superprodução, tempo de espera, transporte, excesso de processamento, inventário, movimento e defeitos.

Em Goiás, o programa vai atender, neste e no próximo ano, 220 indústrias de pequeno e médio porte, com consultorias destinadas a aumentar em 20% sua produtividade – até maio, cerca de 50 empresas já haviam aderido.

Ao todo, 29 consultores dos recém-instalados Institutos Senai de Tecnologia em Automação Industrial e o de Alimentos e Bebidas, de Goiânia, estão escalados para a missão em empresas dos setores de vestuário, calçados, móveis, alimentos e bebidas, instaladas em 29 municípios.

EMPRESA SUPERA META

Há 25 anos no mercado, a Ardrak, de Goiânia, líder na industrialização e comercialização de produtos à base de gengibre, foi uma das primeiras empresas goianas a aderir ao programa, em experiência-piloto, e já conseguiu aumentar em 33% sua produtividade, superando a meta estabelecida pela iniciativa. “O programa é inovador pela simplicidade da aplicação e pelo retorno em curto tempo e com baixíssimo investimento. Os resultados foram positivos e ainda nos restou a possibilidade de inserção de mais um colaborador na linha de produção, que nos dará mais de 50% de aumento de produtividade”, comemora o diretor comercial da Ardrak, Marduk Duarte.

Analista de Serviços de Tecnologia e Inovação, do IST de Alimentos e Bebidas, Fernanda Godoy explica que os bons resultados alcançados na empresa foram obtidos com as modificações realizadas no layout do setor de envase das balas de gengibre para ter fluxo contínuo. “A consultoria promoveu a implantação de melhorias e ▶



■ **Duarte, da Ardrak:** “O programa é inovador pela simplicidade da aplicação e pelo retorno em curto tempo e com baixíssimo investimento”

dispositivos para organizar o processo, que foi padronizado. Também foi incorporado um quadro de gestão à vista na área de produção de balas, visando ao apontamento de indicadores para constante acompanhamento e gerenciamento do processo”, diz.

Ainda na fase de prospecção do programa, a Lunnaz Jeans, de Goiânia, tem boas expectativas de crescimento. “Estou bastante otimista com o trabalho. O objetivo é que os gargalos sejam solucionados para aumentar nossa produtividade e melhorar a qualidade das nossas peças”, planeja Ronaldo Costa, proprietário da empresa. A confecção está sendo atendida pela equipe de consultores do IST em Automação.

PARCERIA EM PRO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

A metodologia do programa Brasil Mais Produtivo já havia sido testada em um projeto-piloto desenvolvido em 2015 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 18 empresas de médio porte, que obtiveram aumento de 42% da produtividade e redução de 21% do custo de produção. O resultado foi um retorno financeiro entre 8 e 108 vezes o valor investido pelas indústrias.

Coordenado pelo Ministério do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o novo programa tem como parceiros, além do Senai, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“O Brasil Mais Produtivo é um programa inovador, adequado e sob medida para a indústria brasileira, com foco no processo produtivo. Inovador por se tratar de um projeto a quatro mãos, envolvendo parceiros de responsabilidade que têm por objetivo alavancar a produtividade das indústrias. Adequado pelas metodologias e ferramentas utilizadas, pelo prazo para implantação e pelos resultados. E sob medida porque não interfere na estrutura física da empresa e nem no seu capital humano”, ob-

serva Cristiane Neves, gerente de Inovação e Tecnologia do Sesi e Senai Goiás.

Como participar do programa

As indústrias interessadas em aderir ao programa devem acessar o site www.brasilmaisprodutivo.gov.br e completar o cadastro. Com base nas informações, o Senai entrará em contato com as empresas inscritas. Podem participar indústrias manufatureiras de pequeno e médio porte, que tenham entre 11 e 200 empregados e, preferencialmente, que estejam inseridas em Arranjos Produtivos Locais (APL). Elas serão atendidas em todo o Brasil por 400 consultores dos Institutos Senai de Tecnologia e pelas unidades do Senai nos Estados.

Na primeira fase do programa, os setores elegíveis são: vestuário e calçados, moveleiro e de alimentos e bebidas. Ao fim de 120 horas de consultoria, é esperado que a empresa aumente em, pelo menos, 20% sua produtividade.

Para a avaliação dos resultados, serão utilizados quatro indicadores:

- Capacidade produtiva: o aumento da quantidade de unidades produzidas em um espaço de tempo;
- Movimentação: a diferença entre o tempo de movimentação antes e depois do programa;
- Qualidade: a diferença entre o retrabalho antes e depois do programa;
- Retorno financeiro: a diferença entre o retorno financeiro e o que foi investido no programa. ■

“**Estou bastante otimista com o trabalho. O objetivo é que os gargalos sejam solucionados para aumentar nossa produtividade e melhorar a qualidade das nossas peças”**

RONALDO COSTA, da Lunnaz Jeans, sobre a expectativa com o programa Brasil Mais Produtivo





Comida boa, saúde em dia, maior rendimento

Empresas investem em ações do Sesi que estimulam hábitos mais saudáveis e combatem fatores causadores de incapacidade e até morte

Daniela Ribeiro

A receita parece óbvia, de fácil percepção individual na rotina das pessoas, mas no ambiente de trabalho a complexidade de fatores responsáveis pela qualidade de vida dos trabalhadores exige das empresas atenção especial à saúde e ao bem-estar, com reflexo direto na produtividade.

Doenças crônicas não transmissíveis como diabetes, obesidade e problemas cardiovasculares são as principais causas de morte e incapacidade para o trabalho no Brasil. Em Goiás, parte dessa realidade foi exposta no Diagnóstico de Saúde e Estilo de Vida de trabalhadores da indústria (veja quadro), realizado pelo Sesi em 2015.

Nas empresas, problemas como os apontados pelo raio X de saúde e estilo de vida, se não atacados devidamente, podem levar não só à perda da produtividade como ao aumento dos custos na assistência à saúde, potencializando os prejuízos. Diante desse quadro, indústrias estão descobrindo com o Programa Alimentação



Assis, da Jaepel:
“Trabalhador saudável rende mais e desenvolve melhor suas atividades”



Augusto Avelar:
“Não é fácil ter disciplina com alimentação na correria do dia a dia”

Saudável do Sesi a receita para promover qualidade de vida de seus colaboradores e, em consequência, obter melhor desempenho deles. É o caso da Jaepel e da Di Paula Fitness (veja matérias abaixo), que apostaram em investimento em ações que estimulam os funcionários a ter boas escolhas e hábitos de vida saudáveis dentro e fora do ambiente de trabalho.

“Trabalhador saudável rende mais e desenvolve melhor suas atividades”, ensina Marco Aurélio de Assis, gerente de Gente e Gestão da Jaepel, indústria de papéis e embalagens, instalada em Senador Canelo, que viu no Programa Alimentação Saudável do Sesi uma oportunidade de melhorar a produtividade e a qualidade de vida dos colaboradores. Assis acredita que o projeto também é uma forma de demonstrar que a empresa está investindo no funcionário. “Nós já oferecemos benefícios como restaurante, transporte e cesta de alimentos, mas percebemos que, depois do Alimentação Saudável, o clima organizacional está melhor e mais motivado.”

Mesma percepção tem o coordenador de Planejamento e Controle da empresa, Augusto Avelar. “Não é fácil ter disciplina com alimentação na correria do dia a dia. Apesar disso, sentimos que o investimento que a Jaepel tem feito nessa área é um benefício para todos nós e isso nos motiva ainda mais”, reconhece Avelar.



Fabiano Malena: depois de consultar a nutricionista, mudou seus hábitos. “Eu sabia que estava fazendo tudo ao contrário”

O RAIO X DAS DOENÇAS CRÔNICAS

Primeira etapa do Programa Alimentação Saudável na Indústria, um diagnóstico realizado pelo Sesi com 402 dos 600 funcionários da Jaepel, em março deste ano, revelou que 49% dos participantes estão com excesso de peso, dos quais 12% apresentam obesidade, 13% estão com gordura corporal acima da média, 18% têm alteração do nível de colesterol e 12%, da pressão arterial, entre outros resultados. Além disso, o levantamento mostrou que 15%, ou cerca de 60 colaboradores da empresa, possuem alto risco de desenvolver doenças cardiovasculares.

Gerente comercial da indústria de papéis e embalagens, Fabiano Malena afirma que não ficou surpreso com o resultado da avaliação. “Eu sabia que estava fazendo tudo ao contrário. Desde que fiz o diagnóstico com a nutricionista, mudei pequenas atitudes como comer mais fruta e tomar mais água”, diz Malena, que espera melhoria na alimentação e na prática de atividade física até o final do programa.

Após a avaliação dos resultados dos trabalhadores da Jaepel, nutricionistas do Sesi irão acompanhar colaboradores durante seis meses. As ações do programa incluem palestras, oficinas, cursos, além de atendimento clínico individual mensal.

ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL

Como a população fica pelo menos oito horas por dia no local de trabalho, a empresa passa a ser um ambiente favorável para se adotar hábitos de vida mais saudáveis, como alimentação correta e prática de atividade física. Em 2015, colaboradores da Di Paula Confeções, indústria de Goiânia, foram acompanhados durante quatro meses por uma equipe do Sesi formada por nutricionista e professor



DIAGNÓSTICO DE SAÚDE E ESTILO DE VIDA - GOIÁS, 2015

Universo da pesquisa	4,7 mil trabalhadores
Obesos	17,4%
Hipertensos	19%
Fumantes	7,2%
Ausência de atividade física	83%

Fonte: Sesi

de educação física. No final do programa, 72% dos 36 participantes alcançaram os objetivos definidos, como emagrecimento, aumento da qualidade de vida e ganho de massa muscular.

A auxiliar de almoxarifado Laudicéia Rodrigues conseguiu perder oito quilos durante o projeto. Ela conta que aprendeu a se alimentar melhor e perdeu a timidez para fazer atividade física. “Foi um empurrão para que eu melhorasse minha qualidade de vida. Vivía em uma moleza e hoje estou muito mais disposta”, diz a funcionária.

Não precisar sair da empresa para ter acesso a um nutricionista foi um ponto positivo do programa, na opinião da gerente de Recursos Humanos, Leidiane Damasceno. “Sair da empresa para ir a consultórios gerava certo transtorno. Ter isso na empresa foi um casamento perfeito”, explica. Outro ganho, segundo ela, é a busca dos colaboradores por qualidade de vida. “Eles ficaram motivados com as aulas e com os resultados. Passaram a se relacionar melhor e combinar de comer juntos, trazer lanches saudáveis e trocar receitas.” ■

■ **Leidiane Damasceno:** “Sair da empresa para ir a consultórios gerava certo transtorno. Ter isso na empresa foi um casamento perfeito”



■ **Laudicéia Rodrigues:** auxiliar de almoxarifado aprendeu a se alimentar melhor, passou a se exercitar e perdeu oito quilos



Serviços realizados pelo Programa Alimentação Saudável na Indústria

- ▶ Atendimento clínico (diagnóstico nutricional + atendimento clínico)
- ▶ Degustação / Material Educativo
- ▶ Palestra (diversos temas)
- ▶ Café da manhã com nutricionista
- ▶ Oficina vivencial (diversos temas)
- ▶ Curso de educação alimentar adulto
- ▶ Curso de educação alimentar infantil
- ▶ Curso de educação alimentar para doenças crônicas não transmissíveis
- ▶ Curso de planejamento de cardápio familiar

Serviço

Para levar o programa para sua indústria ou obter mais informações entre em contato pelos telefones (62) 3219-1336 ou (62) 3219-1793.



shutterstock

O DESAFIO de colocar A CASA em ORDEM

Sobram propostas para fazer o ajuste nas contas do sistema previdenciário no Brasil, mas falta um consenso mínimo em torno de qualquer uma delas

Lauro Veiga Filho

A reforma da Previdência volta a ocupar o centro das atenções, sob uma visão até aqui predominantemente fiscalista, como caminho para assegurar não só a sustentação do sistema nas próximas décadas, mas principalmente como alternativa para retomar e preservar a estabilidade fiscal do setor público federal no longo prazo. O governo interino do vice-presidente Michel Temer e sua equipe econômica abriram negociações com centrais sindicais em torno do projeto para uma nova Previdência. Mas, se não faltam propostas, a ausência de consenso, num momento de extremo acirramento de posições e divisões na política, permanece como regra.

Se a necessidade de uma reforma se impõe, diante das mudanças operadas na sociedade e especialmente na demografia do País, há divisão mesmo entre especialistas, embora o tema seja considerado estratégico pelos vários setores envolvidos nesse debate, qualquer que seja o caminho a ser escolhido pelo País para lidar com seus pensionistas e aposentados.

O projeto ainda a ser detalhado pelo governo deverá incluir a fixação de uma idade mínima para a aposentadoria, provavel-

mente alguma coisa em torno de 65 anos, sem distinção de gênero, ampliação no tempo de contribuição ao longo do tempo, seguindo as tábuas de expectativa de vida do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), regras mais rígidas para a concessão de pensão por morte do segurado, a desvinculação entre benefícios e o salário mínimo e, por fim, a redefinição do modelo atualmente adotado para a Previdência no meio rural.

Caso prevaleça a visão do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que comandou o Banco Central (BC) nos dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, as mudanças valerão igualmente para trabalhadores ainda na ativa, contrariando a expectativa de direito desses setores. Todo o desenho da reforma, que apenas começou a ser negociado, demandará espaço político para avançar, num governo que enfrenta, por enquanto, o peso de sua própria interinidade.





Visão fiscalista: mudanças propostas nas regras da aposentadoria pretendem cortar despesas do INSS e retardar acesso a benefício

O PESO DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

O déficit total da Previdência, na soma dos resultados dos sistemas de aposentadorias e pensões dos setores privado e público, incluindo União, Estados e municípios, é hoje “o principal problema estrutural da economia brasileira a ser equacionado nos próximos anos”, avalia Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI). “Somando tudo, temos estimativas de que as despesas gerais do setor previdenciário possam alcançar 10% a 12% do Produto Interno Bruto (PIB). E as projeções sugerem um déficit de todo o sistema muito próximo a R\$ 200 bilhões neste ano, somando o rombo do INSS e o déficit do regime próprio dos servidores federais”, calcula ele.

Os dados mostram, portanto, que o resultado das contas previdenciárias são “um dos principais componentes do déficit público no Brasil”, reforça Castelo Branco. Países com estrutura etária mais envelhecida do que a brasileira, prossegue o economista, apresentam despesas previdenciárias proporcionalmente muito próximas ao que o Brasil gasta, “quando ainda tem uma população relativamente jovem”. A redução das taxas de fertilidade, o aumento da expectativa de vida e o envelhecimento progressivo da população ao longo do tempo, diante da melhoria da qualidade de vida, tendem a tornar a equação mais complicada. “Essa dinâmica demográfica vai levar a população aposentada a ter uma sobrevivência maior do que tinha no passado, o que significa dizer que a Previdência precisará de mais recursos, a não ser que nós mudemos o ▶

sistema previdenciário nas regras de concessão de benefícios.”

As pesquisas da Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a taxa de fecundidade já atingiu níveis inferiores aos de reposição, saindo de 2,14 para 1,74 filhos por mulher em idade de procriação no intervalo de uma década, encerrada em 2014, dado mais recente divulgado pelo órgão. Isso significa que o número de nascimentos já não é suficiente para repor o total de mortes a cada ano, indicando tendência de envelhecimento acelerado e de redução absoluta da população nas próximas décadas.

As projeções do IBGE apontam que a participação dos brasileiros com 60 anos e mais na população total deverá avançar de 13,7% para alguma coisa próxima a 24% em 2040, superando 29% em 2050 e 33% em 2060, num movimento que deverá vir acompanhado de aumento na razão de dependência, que mede a relação entre jovens até 14 anos e idosos com 65 anos ou mais e a população em idade ativa. O resultado será um número menor de contribuintes para sustentar parcela crescente de aposentados. Segundo o especialista Fábio Giambiagi, tomando emprestado projeções do IBGE, “nos 35 anos entre 2015 e 2050, a população de 15 a 59 anos deverá declinar a uma taxa média anual de 0,1 %, enquanto que a população de 60 anos ou mais crescerá a uma média de 3,0% ao ano”.

Ao mesmo tempo, a expectativa de vida das pessoas com 60 anos tem crescido década após década, saindo de pouco do que 14 anos na década de 1960 para 20,3 anos no começo da década passada e daí para 22 anos em 2014, reflexo da melhoria na qualidade de vida em geral e, particularmente, no caso dos mais velhos, indicando período crescente de fruição de pensões e aposentadorias.

Mais dependentes, menos contribuintes

A razão de dependência, no entanto,



SOBREVIDA MAIOR AOS 60 ANOS



ainda tenderá a cair até o final desta década, sempre conforme previsões do IBGE, atingindo seu ponto mais baixo em 2020, quando em tese deverá se encerrar a fase de “bônus demográfico”, caracterizado pela existência de um universo mais amplo de pessoas em idade ativa em relação às faixas da população que ainda não chegaram ao mercado de trabalho (até 14 anos de idade) e aos inativos, com 65 anos e mais de ida-

de. O aproveitamento das oportunidades criadas nessa fase, no entanto, depende de políticas de emprego adequadas, que permitam incorporar maiores contingentes ao mercado de trabalho, e de qualidade educacional, segundo trabalho desenvolvido no ano passado pela equipe do setor de Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE.

A partir de meados da década de 2020,

■ **Gimbiagi:** “Não há dez países no mundo que adotam exclusivamente o tempo de contribuição para definir o acesso à aposentadoria”



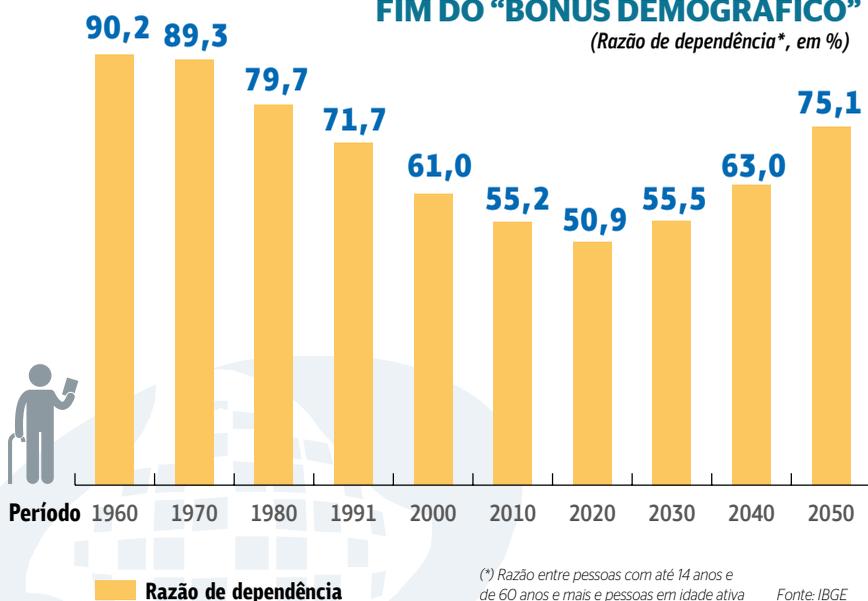
gir as distorções geradas pela concessão de aposentadorias precoces no País, detalha seu gerente-executivo de Política Econômica, Flávio Castelo Branco, a primeira delas deveria levar em conta a fixação de uma idade mínima, o que coincide com a sugestão defendida pela nova equipe econômica federal e também por Fábio Giambiagi, economista e especialista em contas públicas. “Acreditamos que essa é uma discussão a ser feita com a sociedade. Só lembro aqui que a grande maioria dos países já adota idade média por volta de 65 anos, 67 anos”, afirma Castelo Branco. “Se não alterar isso, as pessoas vão ter períodos de aposentadorias, de recebimento de aposentadorias, cada vez mais longos e, portanto, precisando cada vez mais de recursos”, acrescenta ele.

A reforma previdenciária, sustenta Giambiagi, deveria ser pensada como forma de postergar “o momento da aposentadoria, na prática controlando a trajetória do número de benefícios e modificando a trajetória da relação entre o número de benefícios e de contribuintes, mitigando a crise fiscal da Previdência”. Para ele, “não há dez países no mundo que adotam exclusivamente o tempo de contribuição para definir o acesso à aposentadoria”.

Na maioria dos casos, os países combinam tempo de contribuição e idade mínima. O Brasil impõe como carência mínima 15 anos de contribuição, uma carência de referência de 30 anos e 35 anos de contribuição, respectivamente para mulheres e homens, associada a idades de 60 anos para mulheres e 65 para os homens, também como referência, abrindo mão de fixar uma idade mínima nas aposentadorias concedidas por tempo de contribuição, assim como na Índia, no México, no Chile e na Itália, segundo Milko Matijas-cic, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Citando tendência global de equiparação das condições entre gêneros, a receita de Giambiagi e Castelo Branco inclui o

FIM DO “BÔNUS DEMOGRÁFICO” (Razão de dependência*, em %)



espera-se que a razão de dependência volte a crescer, saindo de 50,9% em 2020 para 55,5% na década seguinte, até alcançar 75,1% em 2050, com retração no número de jovens e avanço no total de idosos. Ainda segundo avaliação do IBGE, a literatura mais recente sugere que a fase de “bônus demográfico” pode ainda ser expandida para além do horizonte inicialmente previsto, surgindo um “segundo dividendo

demográfico”, diante da melhoria na qualidade de vida dos idosos, sua expectativa crescente de vida e da possibilidade de que se mantenham ativos por períodos mais prolongados do que no passado.

UM CARDÁPIO POLÊMICO DE MUDANÇAS

Entre as propostas da CNI para corri-

fim da distinção entre homens e mulheres, assim como mudanças nas regras de contratação das aposentadorias rurais, concedidas cinco anos mais cedo do que no sistema previdenciário urbano, e o fim de outros regimes especiais de contratação de benefícios, incluindo ainda a categoria dos professores.

“Isso reflete um passado de um trabalho rural mais pesado. Evidentemente hoje temos uma parte da população rural com condições de acesso a tecnologias que não justificam mais isso. Da mesma forma como não há justificativas para regras diferenciadas para professores de ensino primário e médio”, reforça Castelo Branco. Na visão da CNI, diz ele, será preciso “acabar com essas regras diferenciadas e estabelecer uma regra comum, um benefício para todos”.

Qualquer que seja a direção escolhida, o gerente-executivo da CNI entende que a reforma não cria um sistema previdenciário “engessado”. A ideia, diz ele, é que as novas regras sejam flexíveis, “de tal modo que possam ser atualizadas para se adequar às mudanças que ocorrem na sociedade”.

NOVA REGRA PARA REAJUSTAR APOSENTADORIAS

Numa sugestão polêmica, por suas evidentes implicações políticas, a desvinculação entre a política de valorização do salário mínimo e a correção de benefícios previdenciários na base da pirâmide dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) também faz parte da agenda sugerida pela CNI e defendida por Fábio Giambiagi. Hoje, 67% dos pensionistas e aposentados recebem um salário mínimo mensal. “Portanto, quando aumenta o salário mínimo no Brasil, você carrega junto toda a conta de benefícios da Previdência. Precisamos ter regras de atualização diferentes, com base na inflação, para aposentadorias e pensões”, defende Flávio Castelo Branco, da CNI.

Segundo ele, embora necessárias todas as mudanças sugeridas talvez não

Marcos Santos/USP Imagens



Tema política e socialmente sensível: proposta de desvincular correção de benefícios dos reajustes concedidos ao salário mínimo

sejam suficientes. “Precisamos olhar a Previdência de forma mais ampla, até nas suas fontes de financiamento. Temos muitas diferenças, agentes especiais de financiamento, por exemplo, entidades filantrópicas que não recolhem para a Previdência. Entidades educacionais, sem fins lucrativos, também não recolhem. Na verdade, você tem uma quantidade de entidades educacionais, que claramente têm fins lucrativos, alguns até com ações em bolsa, e que terminam não contribuindo para a Previdência. E seus trabalhadores têm certamente o benefício previdenciário, porque o benefício é universalizado.”

Créditos cobririam um ano de despesas

Se será preciso pensar nas fontes de financiamento do setor, conforme defende a CNI, igualmente se tornarão imperiosos caminhos para tornar a fiscalização e a recuperação de créditos mais efetivas. No ano passado, a dívida ativa da Previdência atingiu R\$ 374,063 bilhões, representando qualquer coisa ao redor de 6,3% do PIB, número muito próximo de toda a despesa previdenciária realizada em 2015. Mas

a arrecadação, resultado da atuação do setor de fiscalização, alcançou R\$ 2,408 bilhões, caindo 37,6% em relação a 2014. Nesse ritmo, seriam necessários 155 anos para recuperar toda a dívida. Obviamente, nem toda ela poderá ser recuperada, já que uma parcela não desprezível diz respeito a empresas que não existem mais, faliram ou não dispõem de patrimônio para fazer frente à dívida. Mas o ritmo de recuperação pode ser e já foi um pouco melhor do que os 0,64% registrados no ano passado. Em 2014, foram recuperados créditos de R\$ 3,859 bilhões, correspondendo a 1,08% da dívida inscrita até então, de R\$ 358,526 bilhões.

MAIORIA ACEITARIA MUDANÇAS NO SISTEMA

Divulgada em maio passado, pesquisa realizada pelo Ibope Inteligência entre os dias 4 e 7 de dezembro de 2015, sob encomenda da CNI, mostra que 75% de 2.002 pessoas entrevistadas em 143 municípios concordam que o sistema previdenciário deve mudar de alguma forma para resolver o problema da falta de recursos no setor.



■ **Retrato do País: pesquisa mostra 39% dos entrevistados acham que mudanças devem valer para todos e 24%, apenas para quem ainda não contribui**

Entre esses, 39% acham que as mudanças devem valer para todos, mas 24% aceitam a reforma apenas para aqueles que ainda não contribuem, enquanto 12% acham que as mudanças somente devem atingir aqueles que já contribuem para a Previdência, mas ainda não se aposentaram.

Uma parcela não desprezível de 14% afirmou não saber ou preferiram não responder à questão, enquanto 10% defendem a manutenção da Previdência como está e sugerem aumento de impostos para cobrir o déficit previdenciário. Mas apenas 11% estariam dispostos a pagar mais impostos para equilibrar as contas do setor e preservar o sistema em seu modelo atual. Nada menos do que 85% discordam em parte ou totalmente de qualquer incremento de impostos.

Também é relevante a parcela dos entrevistados que concorda com a fixação de idade mínima para a aposentadoria, atingindo 65% da amostra, enquanto 29% discordam da proposta, 3% nem concordam nem apoiam e outros 3% não sabem ou não responderam. Num paradoxo aparente, no entanto, 75% discordam parcial ou totalmente da necessidade de postergar

a idade de aposentadoria, mesmo considerando que as pessoas têm vivido até idades mais avançadas. Neste quesito, somente um quinto dos entrevistados concorda com aposentadorias mais tarde do que o admitido pelo sistema atualmente.

Ainda neste quesito, tem recuado a fatia dos entrevistados que apoiam a aposentadoria com menos de 55 anos, saindo de 68% na pesquisa realizada em 2007 para 54% em 2014, fixando-se em 51% na atual edição. Em sentido contrário, registrou-se algum avanço no percentual das respostas em favor da aposentadoria acima dos 55 anos, opção escolhida por 31% das pessoas em 2007, por 43% em 2014 e, agora, por 48% dos entrevistados. A parcela da amostra que entende que a aposentadoria deve ocorrer a partir dos 60 anos subiu de 8%, em 2007, para 17%, em 2015.

Um percentual de 72% das pessoas entrevistadas concorda, total ou parcialmente, que as regras da aposentadoria deveriam adotar os mesmos critérios para todos, sem distinção de gênero, categoria profissional, idade e tempo de contribuição ou diferenças entre o valor máximo de aposentadoria. As propostas que contam

com maior apoio são a igualdade entre mulheres e homens (62%) e entre professores do ensino fundamental e médio e outras categorias profissionais (65%). Metade da população aprova a igualdade de condições entre trabalhadores urbanos e rurais.

Sobre as mudanças de regras nas pensões, a maioria dos brasileiros concorda que as pensões sejam concedidas conforme a renda familiar e a quantidade de dependentes menores de idade. Cerca de metade concorda em impedir o recebimento de pensões por pessoas que já recebem aposentadoria. Há uma grande rejeição à proposta de limitar as pensões de acordo com a idade do viúvo ou da viúva.

O apoio à rede de proteção social

A pesquisa da CNI mostra um forte apoio ao modelo de bem-estar social adotado no País, que vem tentando aprimorar uma rede de proteção aos mais pobres nas últimas décadas. O apoio à existência de rede de assistência social chega a 70% e se mantém nos mesmos níveis seja qual for a renda, a idade, o gênero e nível de educação dos entrevistados. Questionados sobre



■ **Matijascic:** “Os menos abastados precisam seguir regras mais duras e rígidas no Brasil, enquanto os mais abastados estão em situação privilegiada”

se é dever da sociedade assegurar sustento mínimo a todos os idosos de baixa renda, a resposta é positiva para 69% das pessoas ouvidas.

Entre os pontos que ainda provocam divergências, a proposição de que as pessoas façam a opção entre aposentadoria e pensão, permanecendo com um único benefício, provocou concordância de 47% dos entrevistados, mesmo percentual dos que discordaram da sugestão. Entre os homens, 52% apoiam o benefício único, índice que cai para 43% entre as mulheres. Numa reação até certo ponto surpreen-

dente, o apoio ao benefício único foi maior entre as pessoas com renda de até um salário mínimo (53%) do que entre aqueles com renda familiar acima de cinco salários mínimos (51%).

Para 54% dos entrevistados, não deve haver diferença no valor da aposentadoria entre quem se aposenta mais cedo e aquele que escolhe permanecer mais tempo na ativa. Mas a fatia da sociedade que concorda com a redução das aposentadorias precoces evoluiu de 29% em 2014 para 40% na edição mais atual da pesquisa. Se 42% concordam que as pessoas recebam

aposentadoria por um período superior ao tempo de contribuição, outros 49% não acham justo que isso ocorra.

REGRAS MAIS DURAS PARA QUEM GANHA MENOS

As regras de acesso aos benefícios previdenciários no Brasil são mais severas para “quem ganha pouco e possui um ciclo de vida irregular (no mercado de trabalho), pois requer 15 anos de contribuição e 60 anos de idade para as mulheres e 65 para os homens (nas aposentadorias por idade)”, afirma o pesquisador Milko Matijascic, do Ipea, no trabalho Previdência Pública Brasileira em uma Perspectiva Internacional: Custeio, Benefícios e Gastos, publicado neste ano.

Numa comparação com países selecionados, Matijascic conclui que apenas “Chile, Portugal e Itália exigem regras mais severas, e todos esses países apresentam um ciclo de vida laboral mais regular que o brasileiro”. A rigidez das normas, pontua ele, levou o Chile a adotar reformas, em 2008, “para atender quem possuía baixos rendimentos”.

Na outra ponta, o acesso à aposentadoria para idosos, ainda no Brasil, “pode ser considerado brando para quem tem um ciclo de vida laboral regular, recebe remunerações mais elevadas e contribui regularmente, mas não discrepa muito em relação ao que se observa em vários países do BRICs (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul”, acrescenta Matijascic. Se a opção para o País for seguir com essas condições, argumenta o pesquisador, o aumento no tempo de contribuição pode ser a “alternativa lógica” e aquela que deverá reduzir os gastos com aposentadorias.

O pesquisador sugere ainda, em comparação ao cenário internacional, que as aposentadorias por tempo de contribuição seguem no País regras mais generosas, “ao contrário do que ocorre com as aposentadorias por idade”. Dessa forma, “os menos abastados precisam seguir regras

mais duras e rígidas no Brasil, enquanto os mais abastados estão em situação privilegiada quando o foco é a comparação internacional”.

Alguns países, como a Itália, até permitem a aposentadoria mais cedo, porém, ainda no caso italiano, “é preciso ter contribuído por 42 anos” ou ainda que os fundos de previdência, nos sistemas mexicano e chileno, apresentem desempenho excepcional, “o que ainda não aconteceu”, anota Matijascic. De acordo com ele, muitos países, Alemanha entre eles, chegam a facilitar o acesso à aposentadoria em tempos de crise econômica, como forma de “liberar postos de trabalho para os mais jovens e reduzir os males do desemprego”, lembrando que esse modelo não seria possível no Brasil, diante da legislação adotada aqui.

Pressa pode agravar distorções

Como regra geral, aposentados ou pensionistas não podem, lá fora, acumular esses benefícios com salários e outros benefícios sociais. “O problema não se resume à elegibilidade precoce, e pesa muito a possibilidade de acumular diferentes proventos no Brasil”, sustenta Milko Matijascic. Adiar a idade de aposentadoria, prossegue, tende de fato a reduzir gastos, lembrando, no entanto, que as reformas de 1998 e 2003 “não conseguiram atingir as propostas de aumento da idade mínima”. Assim, continua, impedir aposentados e pensionistas de trabalhar ou somar esses dois tipos de benefícios, a despeito de “imensos obstáculos políticos” a esse tipo de proposta, teria impacto importante sobre as despesas previdenciárias, “pois muitos optariam por manter-se no mercado de trabalho, no qual os rendimentos são maiores”.

De qualquer forma, adotar medidas apressadas não ajudará a solucionar a questão previdenciária. O aumento da idade mínima ou a adoção de regras de elegibilidade mais severas pode trazer como consequências elevação nas aposen-



■ **No guichê:** despesas da Previdência evoluíram de 5,9% do PIB em 2002 para 7,4% em 2015, mas cobertura também avançou

tadorias por invalidez, maiores gastos com seguro-desemprego ou “reforçar ações assistenciais. “Dito de outra maneira, ao propor reformas, é necessário considerar o cenário mais geral, analisando-se os possíveis impactos de eventuais reformas. Os problemas de desemprego crônico entre idosos devem ser cuidadosamente considerados, ao se propor reformas da Previdência”, contrapõe Matijascic.

SEM A PREVIDÊNCIA, UNIÃO TEM SUPERÁVIT

Os desequilíbrios acumulados nas últimas três décadas, resultantes de um “conjunto de elementos”, analisa o economista Fábio Giambiagi, contribuíram para construir os déficits observados nesta área. “O último ano de equilíbrio nas contas previdenciárias foi 1995”, constata Giambiagi. A combinação entre baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) na média de todo aquele período, associado a uma “generosidade nas regras” de concessão de benefícios, que acabam reduzindo a idade



■ **Marconi, da FGV:** todo o rombo do Regime Geral da Previdência Social está concentrado no sistema de aposentadorias rurais

média de aposentadoria para 55 anos no caso dos homens e 52 anos para mulheres, e aumento real de mais de 150% acumulado pelo salário mínimo entre 1994 e 2016, afetando dois em cada três benefícios concedidos pelo INSS, argumenta o economista, elevou as despesas do sistema em proporção não acompanhada pelas receitas.

Como porcentual do PIB, as despesas da Previdência avançaram de 5,9% em 2002, primeiro ano da série estatística mais recente da Secretaria do Tesouro ▶

Nacional (STN), para quase 7,4% no ano passado, enquanto as receitas saíram de quase 4,8% para 5,9% em igual intervalo. Analisado ponta a ponta, o déficit cresceu de 1,14% do PIB para 1,44%, influenciado em grande parte pelos resultados negativos da previdência rural. Num horizonte mais amplo, observa Nelson Marconi, professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP/FGV), em artigo publicado na revista Conjuntura Econômica (FGV, abril 2016), o déficit do regime geral da Previdência, administrado pelo INSS, triplicou entre 1999 e 2015, saltando de R\$ 28,052 bilhões para R\$ 90,330 bilhões em valores de janeiro deste ano, num cálculo do economista.

Incluindo o resultado da previdência dos servidores públicos da União, que teve seu déficit aumentado em 57% em termos reais naquele mesmo período, de R\$ 59,092 bilhões para R\$ 92,868 bilhões, o déficit de todo o sistema previdenciário mais do que dobrou, partindo de R\$ 87,144 bilhões em 1999 para R\$ 183,197 bilhões.

A surpresa é que o resultado negativo na conta da previdência dos servidores, que atende perto de 980 mil beneficiários, supera o déficit do INSS, embora o sistema gere 32,7 milhões de benefícios.

Descontados os números deficitários produzidos pelos dois sistemas, o governo geral tem apresentado superávit, ainda que a tendência tenha sido decrescente nos últimos dois anos em decorrência da própria recessão na economia. Esse superávit experimentou crescimento real de 81,5% na primeira década do século, passando de R\$ 147,745 bilhões em 1999 para R\$ 268,096 bilhões em 2010, recuando para R\$ 142,283 bilhões em 2014 e desabando para R\$ 65,115 bilhões no ano passado, em queda de 54,2% de um ano para o outro. Na comparação com 2010, o saldo murchou 75,7%.

Para Marconi, além de ajustes no INSS, “outros componentes do regime previdenciário (...) também precisam ser redesenhados, pois, do contrário, uma reforma tradicional não estancará o déficit

no sistema de aposentadorias”. Ele lembra que todo o rombo do INSS está concentrado na área rural, que apresentou desequilíbrio de R\$ 95,854 bilhões em 2015, o que significou alta de 172% frente ao déficit de R\$ 35,207 bilhões registrado em 2002. No mesmo período, a previdência urbana saiu de um déficit de R\$ 5,188 bilhões para superávit de R\$ 29,053 bilhões em 2014, baixando para R\$ 5,524 bilhões em 2015 (81% a menos), mas ainda no azul.

As mudanças na previdência dos servidores públicos em 2012, com a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), que financiará aposentadorias acima do teto coberto pelo regime próprio a partir de contribuições adicionais e voluntárias do funcionalismo, conseguiram estancar as despesas, mas não eliminaram o déficit, segundo Marconi. Para isso, o professor defende a elevação no valor da contribuição recolhida pelos servidores, embora reconheça a dificuldade de implementar qualquer medida naquela direção.



O peso da Previdência nas contas públicas

(Valores acumulados no ano, em R\$ milhões a preços de janeiro de 2016)

Variáveis	1999	2002	2010	2014	2015
Resultado do INSS	-28.052	-40.396	-62.958	-65.250	-90.330
Resultado da previdência urbana	-	-5.188	11.890	29.053	5.524
Resultado da previdência rural	-	-35.207	-74.848	-94.303	-95.854
Resultado da previdência dos servidores públicos	-59.092	-69.292	-90.350	-95.987	-92.868
Resultado geral da previdência	-87.144	-109.688	-153.308	-161.237	-183.197
Resultado primário do governo central	60.601	77.272	114.788	-18.954	-117.217
Resultado primário menos resultado geral da previdência	147.745	186.960	268.096	142.283	65.115

Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional e Ministério do Planejamento, com cálculos de Nelson Marconi



O impacto da aposentadoria rural

Na avaliação do professor Nelson Marconi, da FGV, a chamada previdência rural não corresponde a um sistema tradicional de repartição, a exemplo do restante do INSS, “pois praticamente não há contribuições”. As empresas rurais recolhem à Previdência 2% sobre o faturamento e não há contribuição dos trabalhadores, o que configura um sistema muito mais de assistência. Para alcançar o equilíbrio nas contas do regime geral de Previdência ou ao menos estancar o déficit, o economista sugere a “definição de uma fonte específica

de financiamento para a chamada aposentadoria rural” e a reavaliação dos critérios de contratação desse benefício.

DEPOIS DE RECUAR, ROMBO AVANÇA

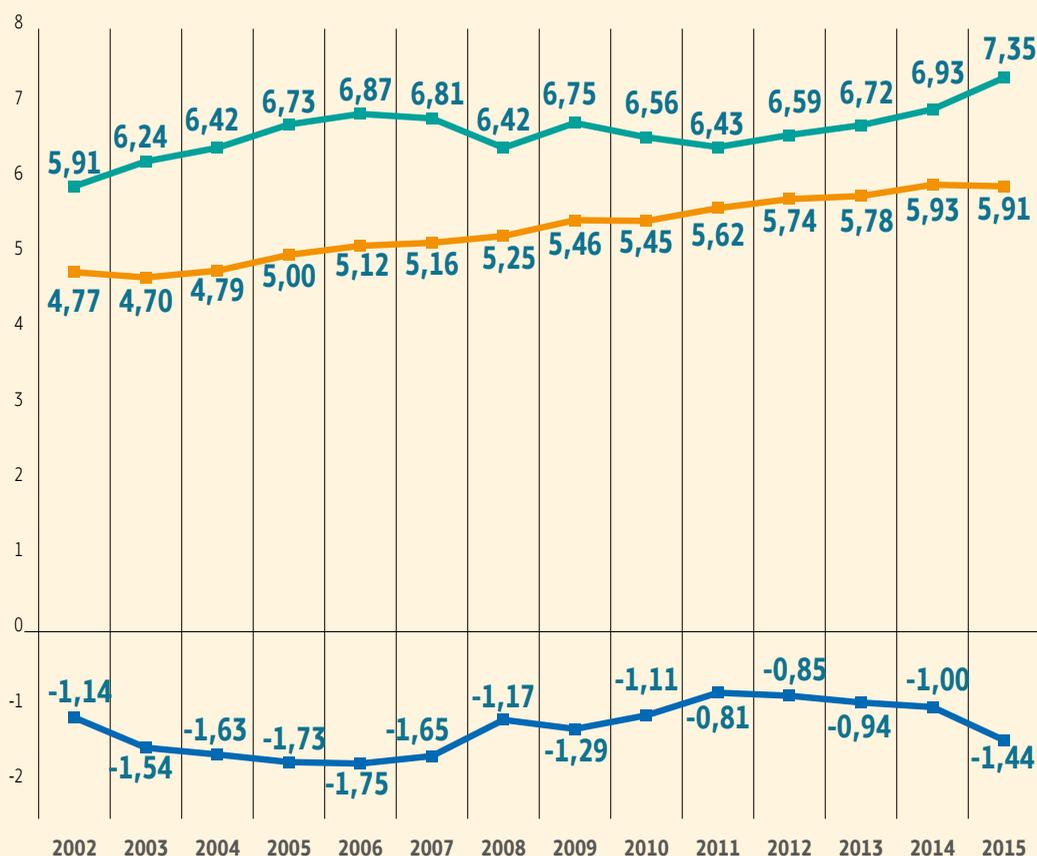
Num período mais recente, refletindo o crescimento do emprego e da formalização no mercado de trabalho, o rombo chegou a ensaiar alguma redução. A partir de 2006, quando atingiu a marca mais elevada da série, batendo em 1,75%, ele passou a recuar ano a ano, até chegar a 0,81% em 2011, passando a 0,85% no ano seguinte,

subindo novamente para 0,94% em 2013 e daí para 1,0% e 1,44% em 2014 e 2015, nível mais elevado desde 2007, quando havia se iniciado a ciclo mais recente de redução.

A valores de março deste ano, atualizados com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a alta experimentada pelo déficit do setor no ano passado foi explicada muito mais em função da queda na receita líquida, que encolheu de R\$ 393,0 bilhões para R\$ 324,1 bilhões, numa perda de quase R\$ 69,0 bilhões, no resultado mais baixo

DE NOVO CRESCENDO

(Números Previdência Social, em % sobre o PIB)



Deficit



Despesas com benefícios



Receita líquida

Fonte: STN



Antonio Cruz/Agência Brasil

■ **Desequilíbrio nas contas:** pagamento de benefícios previdenciários aumenta e receita cai

benefícios previdenciários e assistenciais, Bolsa Família e outras transferências sociais, as despesas dos ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Social, da Previdência Social, do Fundo de Amparo

desde 2010, ano em que a receita líquida havia sido de R\$ 313,1 bilhões.

No lado das despesas, o pagamento de benefícios previdenciários, que haviam atingido R\$ 459,1 bilhões em 2014, elevou-se para R\$ 465,6 bilhões, numa alta de apenas 1,4% (ou seja, R\$ 6,4 bilhões a mais). O rombo, dessa forma, registrou salto de 114%, passando de R\$ 66,1 bilhões para R\$ 141,5 bilhões, numa alta de R\$ 75,4 bilhões.

No primeiro trimestre deste ano, em comparação com igual período do ano passado, o déficit previdenciário voltou a crescer, mas, desta vez, a retração nas receitas e o aumento das despesas tiveram contribuição muito próxima. A receita líquida do setor, também em valores reais, sofreu baixa de 5%, saindo de R\$ 88,6 bilhões para R\$ 84,1 bilhões – uma perda

de R\$ 4,4 bilhões em valores aproximados. Na ponta das despesas, houve elevação de 4,3%, de R\$ 4,7 bilhões, saindo de R\$ 108,5 bilhões nos primeiros três meses do ano passado para R\$ 113,3 bilhões em igual intervalo deste ano. A diferença entre receitas e despesas cresceu 45,7%, passando de pouco menos de R\$ 20,0 bilhões para R\$ 29,1 bilhões.

Uma fórmula diferente

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) utiliza as mesmas bases de dados para chegar a resultados um tanto diversos para as contas da seguridade social. A diferença central está exatamente no fato de a associação considerar a seguridade como um bolo único, somando todas as receitas destinadas a financiar despesas com

ao Trabalhador e outros gastos do sistema, conforme o espírito que norteou a construção da Constituição de 1988.

Desde lá, o sistema exibe um histórico de resultados positivos. O dado mais recente, de 2014, aponta superávit de R\$ 53,892 bilhões, numa queda de 29,3% frente ao saldo de R\$ 76,241 bilhões acumulado em 2013. No grupo das receitas, entram no cálculo as contribuições recolhidas à Previdência, inclusive as compensações pela desoneração da folha salarial não repassadas pela União, as contribuições para financiamento da seguridade social (Cofins) e sobre o lucro líquido (CSLL), PIS/Pasep, as receitas próprias dos ministérios do setor, taxas, multas, juros e outras contribuições, além da contrapartida do orçamento fiscal para cobrir encargos previdenciários da União. ■

O outro lado

(Resultados consolidados do orçamento da seguridade social, valores em R\$ bilhões)

Variáveis	2008	2010	2012	2013	2014
Receitas	374,644	458,094	595,735	650,995	686,091
Despesas	311,431	404,266	513,045	574,754	632,199
Resultado	63,213	53,828	82,690	76,241	53,892

Fonte: Anfip



A economia bate no fundo do poço

■ A luz vista do fim do poço: surgem indícios de estancamento da queda na economia, se a crise política não atrapalhar

Atividade econômica deve parar de cair como resultado do ajuste das indústrias na área de estoques, do dólar mais caro, perda de força da inflação e melhora no cenário político

A economia parou de piorar e a atividade econômica pode ter finalmente batido no fundo do poço, segundo indícios mais recentes coletados por consultorias e departamentos econômicos do setor financeiro. Uma sensação captada também por representantes de alguns setores da economia goiana, a exemplo das indústrias química e farmacêutica. Nesta última área, espera-se algum crescimento e grandes empresas continuam investindo. O ajuste de estoques realizado pela indústria, o câmbio desvalorizado, reduzindo a concorrência com importados e especialmente ao permitir a recuperação de clientes aqui dentro e a perda de ímpeto da inflação, afirma Fernando Sampaio, diretor da LCA Consultores, já vêm alterando o cenário econômico.

Na área política, a melhora no ambiente com a mudança na Presidência, conforme esperam presidentes de sindicatos do setor industrial em Goiás, também tende a influir positivamente

daqui em diante. “O que se pode contar agora é com melhora do estado de confiança empresarial, porque parte da perda de confiança era associada exatamente à percepção de que era melhor mudar a linha de governo e aguardar que isso acontecesse”, comenta David Kupfer, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), sem entrar no mérito da troca de comando em Brasília.

“De fato, a estabilização da atividade está ganhando corpo e esta é, por si só, uma notícia relevante, dada a contínua e acentuada retração do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo de 2015. Neste quadro de estabilização e início de retomada, as diversas variáveis econômicas reagem com defasagens diferentes”, analisa Igor Velecico, economista do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco (Depec). No caso do desemprego, emenda ele, observa-se defasagem média de seis meses em relação ao comportamento do PIB, “o que significa que deveremos ver alta do desemprego até meados de 2017”.

Na estimativa do Depec, a taxa média de desemprego deverá girar em torno de 11,8% e 11,7% neste e no próximo ano, diante de queda de 3,5% para o PIB em 2016 e avanço de 1,5% no ano seguinte. “A renda das famílias, por sua vez, já sofreu os impactos da recessão e da alta da inflação em 2015, e deve mostrar uma recuperação mais tempestiva”, afirma, ponderando que a intensidade da recuperação dependerá de “inúmeros vetores”, incluindo principalmente “o endereçamento das questões que

possibilitem a estabilização da relação dívida e PIB ao longo dos próximos anos”.

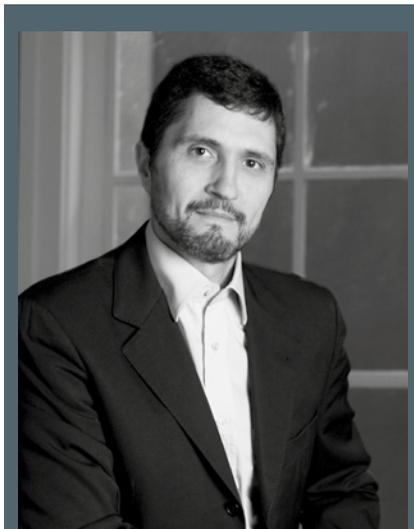
Em todas as crises no pós-guerra e mesmo antes, comenta Sampaio, a falta de dólares foi fator preponderante e sempre esteve presente, o que não acontece agora. “Isso deveria em tese tornar a crise atual menos complicada, mas, na prática, não foi o que se viu exatamente por conta das complicações na área política”, constata. Esse componente político, acrescenta Sampaio, estaria inibindo decisões que a alta do dólar tende a produzir. “Já faria sentido, por exemplo, produzir aqui dentro algumas linhas de produtos. Há interesse de algumas multinacionais, mas, de novo, a política tem retardado esse tipo de decisão.”

SINAIS DE MELHORA NO INVESTIMENTO

Ao observar o comportamento da indústria de bens de capital, o economista David Kupfer comenta que a produção ali “pelo menos parou de cair e começa a subir, embora lentamente”. Isso pode significar “que alguma retomada de investimentos e, principalmente, alguma retomada de produção deve estar acontecendo. Se isso está acontecendo é porque, talvez, (o nível da atividade econômica) tenha tocado o fundo do poço”.

Os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram desempenho mais positivo, ainda que tímido, da produção de bens de capital (máquinas e equipamentos) no País nos primeiros três meses deste ano. Indicador importante do investimento doméstico, a produção de bens de capital cresceu 0,3% em janeiro, 0,5% em fevereiro e 2,2% em março, sempre em relação ao mês imediatamente anterior, acumulando elevação de 3,1%.

De acordo com Igor Velecico, do



Fernando Sampaio, sobre o ajuste fiscal: “Devemos ter cuidado para não jogar fora a criança junto com a água de banho”

Bradesco, a taxa de investimento no País atingiu perto de 19% do PIB no ano passado e as estimativas do banco “sugerem que, para um crescimento potencial de 3% ao ano, seja necessário elevar essa participação dos atuais 19% para algo em torno de 22%”. Ele considera que o ajuste fiscal em curso “fará com que esse processo de aceleração dos investimentos seja capitaneado pelo capital privado, cuja racionalidade tende a produzir aumento de produtividade (e, portanto, de PIB) mais intenso”.

Fernando Sampaio, da LCA Consultores, pondera que o ajuste fiscal deve ser calibrado de forma a não produzir uma queda mais intensa da atividade e, portanto, da arrecadação, frustrando o esforço realizado com o corte de despesas. “Devemos ter cuidado para não jogar fora a criança junto com a água de banho”, pontua, alertando para o risco de um segundo mergulho recessivo se as decisões na área fiscal não se fizerem acompanhar por medidas compensatórias na área do crédito e de concessões públicas. Para ele, o investimento em

infraestrutura, por meio de concessões, é uma das “poucas janelas de oportunidade” para alavancar a retomada dos investimentos e, portanto, da economia em geral.

Espaço para reduzir juros

A trajetória assumida pela inflação mais recentemente pode abrir espaço para redução das taxas básicas de juros, entendem Igor Velecico e Fernando Sampaio, que aposta no início do processo de cortes até o fim deste ano. “Isso pode acontecer mais rapidamente, por volta de meados do ano, como forma de facilitar o crédito”, raciocina o consultor da LCA.

Para Velecico, a queda da inflação, “especialmente a de serviços, já abre espaço para movimentos baixistas da taxa de juros no segundo semestre deste ano”. O cenário trabalhado pelo Bradesco contempla cortes de 400 pontos ao longo deste e do próximo ano, “o que deverá promover melhora do crescimento ao mesmo tempo em que a inflação segue em trajetória de convergência para a meta de 4,5%”, afirma ainda.

Num ambiente de convergência da inflação para a meta, a queda dos juros, “sem dúvida, tende a reduzir o resultado nominal do setor público, pois reduz a despesa com juros do governo. Porém, é importante ressaltar, essa melhora só ocorre se for acompanhada de diminuição da inflação, que por sua vez diminui os prêmios de risco de longo prazo”, argumenta.

Ainda na área do crédito, Sampaio vê espaço para mudanças no compulsório bancário e nas regras de Basileia, que definem limites para os empréstimos e financiamentos amarrados à disponibilidade de capital próprio dos bancos. Essas medidas levariam a injetar mais recursos no mercado, via crédito, ajudando especialmente as empresas que

enfrentam dificuldades de captação e endividamento elevado, já que possivelmente trocariam dívidas antigas e mais caras por outras a custos mais baixos.

SETOR ESPERA ESTANCAR QUEDA

Há um clima de “otimismo moderado” entre as indústrias do setor químico e uma expectativa de estancar a queda da produção e das vendas no segundo semestre, observa Jaime Canedo, presidente do Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás (Sindquímica). Mas o cenário atual ainda causa preocupação, diante da retração observada nos segmentos de saneantes, que sofre baixa de 30% no mercado, e de cosméticos e do aumento de custos enfrentado pela indústria de adubos e fertilizantes em função da alta do dólar no ano passado.

“O setor de cosméticos tem registrado baixa desde a segunda metade do ano passado e há casos de queda de 40% no volume de vendas em algumas empresas”, afirma Canedo. Na média de todo o setor, o empresário estima recuo superior a 25% no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2015. “A queda atinge principalmente as pequenas empresas, que são as que geram emprego mais rápido. E qualquer reação terá de passar pelas empresas de menor porte. As empresas só não estão demitindo mais por falta de recursos para pagar indenizações”, sustenta Canedo. O sindicato planeja promover discussões sobre uma repactuação das dívidas bancárias e tributárias das empresas menores, para permitir a normalização da situação financeira do setor e a retomada do acesso ao crédito.

“Pelo menos a esperança de alguma melhora voltou. Com a mudança no cenário político, as pessoas estão mais animadas e mais propensas a fazer in-

vestimentos”, avalia Canedo. Ainda às voltas com elevada capacidade ociosa, o presidente do Sindquímica sustenta que o setor poderia estar produzindo o dobro dos volumes atuais e adianta que o processo de ajuste nos estoques avançou nos últimos meses. “Aqui na empresa (Canedo é sócio da Ki-Jóia Indústria e Comércio de Produtos de Limpeza) renovávamos nosso estoque a cada 21 dias, mas esse prazo foi reduzido para 7 ou no máximo 10 dias”, diz ele.

A reforma primordial

Jaime Canedo defende a realização de uma reforma política, preferencialmente antes de qualquer outra medida. “As demais reformas não vão fluir e gerar resultados que permitam planejar o futuro se não houver uma reforma política”, insiste o presidente do Sindquímica. Como interino, lembra ainda, o vice-presidente Michel Temer, no exercício da Presidência desde o afastamento da presidente Dilma Rousseff, há incertezas sobre sua permanência no cargo. “O fisiologismo no preen-



■ Jaime Canedo: “A queda atinge principalmente as pequenas empresas, que são as que geram emprego mais rápido”

chimento de cargos gera instabilidade, com reflexos sobre a economia.”

Além de uma reforma no setor trabalhista, assegurando a prevalência do negociado sobre o legislado, Canedo gostaria de ver mudanças que simplifiquem o sistema tributário. “Hoje, uma empresa gasta 8% a 12% do valor do imposto apenas para apurar o tributo, incluindo despesas com pessoal especializado e investimentos em tecnologia da informação. As legislações nesta área são desconexas”, acrescenta.

SEM CRISE, MAS COM BAIXO CRESCIMENTO

A crise não chegou a ser percebida com tanto vigor pela indústria farmacêutica, segundo Heribaldo Egídio, presidente do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo). Tem havido retração nos produtos de maior valor agregado, mas o consumo de genéricos continua avançando, depois de crescer em torno de 12% no ano passado. Cauteloso, Egídio acredita que a indústria do setor como um todo deverá pelo menos preservar os níveis do ano passado, talvez acrescentando incremento entre 1% e 2%. “É um número baixo, mas o consumo de medicamentos, puxado pelos genéricos, ainda pode avançar.”

A despeito das incertezas na área política, com a intranquilidade agravada especialmente em função da interinidade do presidente em exercício, “a maioria dos associados do Sindifargo vem fazendo investimentos”, comenta Egídio. Ela cita principalmente o Grupo Teuto/Pfizer, que inaugurou na segunda semana de maio sua nova linha de produtos injetáveis, num investimento de R\$ 220 milhões.

Em março, o H.I.G Capital, fundo de investimentos em private equity fo-

cado em empresas pequenas e médias, concluiu a injeção de recursos no laboratório Halex Istar, especializado na produção de soluções parenterais de grande volume, medicamentos injetáveis e produtos hospitalares descartáveis, em valor não divulgado. Os recursos foram destinados à aquisição da Isofarma Industrial Farmacêutica Ltda., com sede em Eusébio, Grande Fortaleza (CE), também fabricante de soros.

A Brainfarma Indústria Química, do Grupo Hypermarcas, prossegue Egídio, também investe em sua planta de Anápolis. A relação de investimento do Sindifargo inclui ainda a Vitamedic Indústria Farmacêutica (antiga Vitapan), integrada ao Grupo José Alves desde abril do ano passado, a Equiplex, a Geolab e o Cifarma, além da Genix Indústria Farmacêutica, única fabricante de cápsulas de gelatina dura no País e recentemente adquirida pela Qualicaps, da japonesa Mitsubishi Chemical Holdings Corporation, parte do conglomerado Mitsubishi.

“Anvisa tornou-se um problema”

A alta do dólar atingiu em cheio a estrutura de custos do setor farmacêutico, queixa-se Heribaldo Egídio, lembrando que mais 90% dos insumos utilizados pela indústria são importados. “Esse fator soma-se aos custos da energia, da água e da folha de salários”, adiciona o presidente do Sindifargo. Para enfrentar a elevação nos custos, prossegue ele, “poucas empresas tiveram de demitir, mas algumas já estão voltando a contratar”.

Além de reformas estruturais na Previdência, na área trabalhista e tributária, Egídio defende a desburocratização dos processos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), principalmente no caso da liberação de novos medicamentos. “Não é racional



■ **Heribaldo Egídio:** maioria das empresas associadas ao Sindifargo continua investindo em seu negócio



■ **Carlos Alberto Moura:** “A engenharia goiana tem por tradição ser uma engenharia cautelosa, de não se arriscar muito”

que várias empresas tenham que esperar um e até dois anos para a liberação de lançamentos. A indústria modernizou seu parque nos últimos anos, mas a Anvisa não conseguiu dar velocidade aos processos e tornou-se um problema”, sustenta Egídio.

OS DOIS LADOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

A indústria da construção enfrenta duas realidades diferentes, analisa Carlos Alberto de Paula Moura Júnior, presidente do Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO). O setor imobiliário, aponta, tem mantido seu desempenho nos últimos dois anos. “Não houve nenhuma redução drástica e nem descontos exagerados em lançamentos”, detalha ele. Na área de obras públicas, o maior impacto veio com os atrasos ou a falta de pagamentos e paralisação de alguns projetos, refletindo as dificuldades fiscais dos governos e a necessidade de ajustar as contas públicas à tendência de encolhimento das receitas.

“A engenharia goiana tem por tradição ser cautelosa, de não se arriscar muito. O mercado goiano tem nas empresas uma força grande porque ele é muito diversificado e são muitas empresas atuantes no mercado. Essas empresas ainda estão com bastante força para enfrentar essa crise e voltar a produzir o que produziam há quatro ou três anos”, vislumbra Moura.

A maior parte das construtoras trabalha com limites definidos para os lançamentos e os prazos entre esses lançamentos estão sendo dilatados, conforme o presidente do Sinduscon-GO. “O que seria lançado seis meses atrás talvez comece a vir para o mercado a partir de agora, momento em que houve sinalização de mudança na condução política do País. Percebemos que houve, de certa forma, prorrogação dos lançamentos em função de uma análise de mercado um pouco mais afinada, diminuindo riscos e a exposição da empresa.”

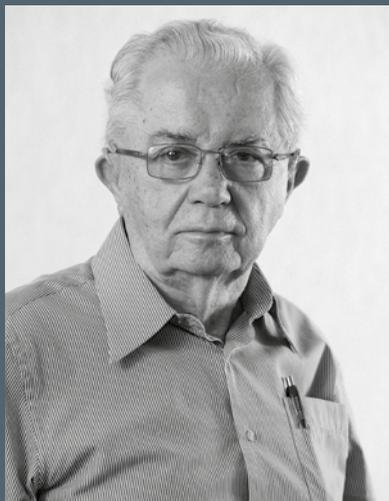
Para Moura, “o grande problema está baseado nos recursos necessários para implementação de programas

como o Minha Casa Minha Vida e outros ligados à indústria da construção, tanto na área civil quanto na área rodoviária, construção pesada, elétrica e outros”. Os investimentos nessas áreas, continua ele, dependem muito de uma regularização da economia. “Acreditamos que teremos um restante de ano ainda difícil e que 2017 será um ano um pouco melhor, mas ainda sem crescimento real muito grande. Talvez teremos crescimento de 0,5% do PIB ou próximo disso. Mas a partir de 2018 já vemos retomada da normalidade do setor”, projeta Moura.

Um programa de Estado

Entre outras medidas para destravar o crescimento do setor, Carlos Alberto de Paula Moura Júnior sugere que o Minha Casa Minha Vida deveria ser tornar programa de Estado, deixando de ser iniciativa de um governo específico, para que tenha continuidade ao longo do tempo, ganhando “perenidade” e orçamento definido previamente. “Se (o programa) tivesse já a disponibilização de recursos feita para garantir sua continuidade seria uma coisa muito importante”, insiste ele.

Moura lembra que as empresas do setor enfrentam dificuldades para captar recursos e financiar sua operação. Por isso, “outra ação relevante seria a efetiva liberação de recursos para as empresas poderem operar”. Segundo ele, a análise de risco das empresas e também do comprador está a cada dia que passa mais apertada. “Precisamos de uma flexibilização das análises de riscos para que esse dinheiro circule com maior facilidade e atenda efetivamente ao mercado da indústria da construção, que precisa desses recursos para executar suas atividades dentro da plenitude.



■ **Hélio Naves: “Para se adaptar à conjuntura recessiva, as empresas estão reduzindo empregados e qualificando melhor os remanescentes”**

NÃO HÁ “SOLUÇÕES MÁGICAS”

O desempenho da indústria metalomecânica vem sendo bastante negativo, por conta da queda do consumo, que afeta mais severamente a indústria automotiva e a produção de insumos para a construção, avalia Hélio Naves, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo). “Para se adaptar à conjuntura recessiva, as empresas estão reduzindo o número de empregados, qualificando melhor seus trabalhadores remanescentes e adotando inovações de processos e de produtos para reduzir custos e aumentar a produtividade”, acrescenta ele.

Naves espera que o nível de atividade no setor, que assumiu proporções mais graves no primeiro semestre, deverá parar de cair na segunda metade do ano, “estabilizando-se nos níveis atuais”. Os primeiros seis meses do ano, afirma ele, consolidaram quadro de perdas severas para a produção e o faturamento do setor, “especialmente no caso de au-

tomáveis e de estruturas e esquadrias metálicas”. No próximo ano, Naves acredita que o setor deverá registrar recuperação ainda tímida, a ser consolidada apenas em 2018, a depender “do acerto das medidas econômicas adotadas pelo governo e dos desdobramentos da crise política.”

O presidente do Simelgo argumenta que a primeira providência, a ser perseguida no curtíssimo prazo, será a restauração da confiança dos empresários e a definição de estímulos para recompor a capacidade do setor privado de ampliar seus investimentos. “É necessário também um forte ajuste dos gastos públicos, evitando aumentar a tributação. Também é preciso baixar a taxa de juros para estimular os investimentos e o consumo de bens de capital e bens de consumo duráveis”, defende Naves. Como “não existem soluções mágicas”, pondera ainda, “os brasileiros terão de se preparar para conviver com muitas dificuldades financeiras nos próximos meses.”

CRIATIVIDADE E OUSADIA

“Foi preciso muita criatividade e ousadia para sobreviver neste período, mas muitos empresários se viram obrigados a segurar investimentos, reduzir a produção e o pessoal, e outros tantos tiveram que fechar as portas”, descreve o presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás (Siaeg), ex-deputado federal Sandro Mabel. O setor, assim como o conjunto da indústria, “sofreu com o desaquecimento do mercado, desemprego, baixa competitividade, falta de investimentos em infraestrutura básica, como energia e rodovias, hoje em péssimo estado, impostos elevados e juros abusivos.”

Mabel lembra que a tarifa de energia aumentou em mais de quatro ocasiões em um ano e, além de cara, não



■ **Linha de montagem de veículos:** montadoras foram uma das mais afetadas pela retração econômica

oferece qualidade e não gera insegurança nem produtividade dos equipamentos. O setor de alimentos, mais diretamente, foi afetado ainda pela “falta de incentivos ao produtor, ao homem do campo, o que provocou a alta no preço dos alimentos, o aumento exponencial da cesta básica”. Num tom mais político, Mabel afirma que o País vem convivendo “com escândalos de corrupção dentro dos mais altos escalões do governo, o que afetou não apenas o mercado financeiro, mas a estabilidade e a confiança do consumidor”.

Um dos interlocutores mais frequentes do vice-presidente Michel Temer na fase que antecedeu o afastamento da presidente Dilma Rousseff, Mabel pondera que “não se muda um país de um dia para o outro, mas a composição de um governo com pessoas fortes e com credibilidade no mercado, tanto na área econômica quanto em cada uma das pastas, indica novos tempos”. Mas não será rápido, avisa ainda. “Vamos retomar

a economia do País. O governo do PT demorou demais para sair, o estrago foi grande, mas essa turma que está aí está



■ **Sandro Mabel:** “Não se muda um país de um dia para o outro, mas a composição de um governo com pessoas fortes e com credibilidade (...) indica novos tempos”

com sangue nos olhos para tirar o Brasil do atoleiro”, afirma ele.

Trabalho para sair da crise

“O que vence crise é trabalho e nos últimos anos o governo não nos deixou trabalhar. Para que isso aconteça precisamos fazer as reformas tributária e da Previdência, além de flexibilizar a legislação trabalhista”, recomenda Sandro Mabel. Em sua perspectiva, “o setor produtivo foi visto, nos últimos anos, como inimigo, quando na verdade somos os responsáveis pela geração de empregos, pela produtividade do País. Somos parceiros do poder público, temos os mesmos objetivos.” Ainda segundo ele, “só é possível que um país tenha uma economia forte se ele produz riqueza. Nós temos terra, matéria-prima, força de trabalho e clima favorável. O que nos faltava era um governo competente. Agora nós temos e ninguém nos segura”, exagera. ■



Energia livre para todos

Num momento de crise econômica que a todos preocupa, é por demais impositiva uma boa reflexão acerca do mercado livre de energia. Em tramitação na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 1917/2015, de autoria do deputado Marcelo Squassoni, do PRB de São Paulo, vem tendo agora um exame mais desenvolvido nas diversas Comissões Técnicas da Casa, o que estimula a percepção de que o País quer mesmo a complementação desses estudos, para que detalhes de forte apelo social sejam acolhidos, para o bem de todos nós.

O último grande avanço foi a aprovação do projeto pela Comissão de Defesa do Consumidor. O texto prevê a portabilidade das contas de energia elétrica.

Em Goiás, onde é expressiva a produção de energia, temos a expectativa da redução de 25% a 35% nas contas de luz. É, portanto, importante o exame acurado do PL 1917.

Atualmente, no Brasil, apenas os grandes consumidores, como indústrias e grandes empresas, podem escolher seu fornecedor de eletricidade. “O consumidor que tem alto poder aquisitivo é premiado, mas o consumidor de baixa renda, não. É um absurdo que não se possa ter concorrência no setor elétrico, com tantas empresas fornecedoras. Sobra energia elétrica, que pode ser vendida muito mais barata se os consumidores puderem se habilitar e comprar”, justifica o deputado Celso Russomanno, líder do PRB, em defesa do projeto.

E tem tudo a ver especificamente com a realidade de um país em crise, que percebe, ao lado de outros desafios graves, o avanço acelerado do empobrecimento da população.

Relator do projeto na Comissão de Defesa do Consumidor, o deputado João Fernando Coutinho (PSB/PE), deu parecer favorável sob argumento semelhante ao de Russomanno. “A ampliação da concorrência beneficia os consumidores por estimular o aumento da

“Na indústria, dar-se-ia redução de 60% na carga, presumivelmente para uma queda de 18% no valor da tarifa. É o marco regulatório no mercado de energia, que constitui um outro grande salto na melhoria geral das condições de vida da população.”

CÉLIO EUSTÁQUIO DE MOURA, presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da Fieg

eficiência dos participantes do mercado e a redução das suas margens de lucro.”

Para Squassoni, o aval da CDC é uma importante conquista. “Dar competitividade ao setor é preceito básico para nosso objetivo final, que é baratear as contas de luz aos pequenos consumidores, justamente como ocorreu com as faturas da telefonia, por exemplo, num passado recente. Poder escolher quem vai lhe prestar serviço é etapa imprescindível nesse processo.”

O modelo proposto pelo deputado Squassoni já é adotado em vários países. Na Europa, desde julho de 2004, todos os consumidores industriais podem optar pela portabilidade. Os residenciais, desde julho de 2007. Nos Estados Unidos, Canadá, na Nova Zelândia e Austrália, os requisitos de elegibilidade variam de região para região.

Na indústria, dar-se-ia redução de 60% na carga, presumivelmente para uma queda de 18% no valor da tarifa. É o marco regulatório no mercado de energia, que constitui um outro grande salto na melhoria geral das condições de vida da população. ■

As origens do desmonte

Processo de desmanche do setor industrial brasileiro reflete três décadas de políticas hostis, distorções tributárias, custos elevados e competição desleal com importados

Lauro Veiga Filho

A história do desmanche da indústria brasileira está relacionada profundamente à história de três décadas de baixo crescimento da economia como um todo. O período é marcado por políticas macroeconômicas hostis ao setor de manufatura, com juros altos, dólar barato e custos elevados, num bolo que inclui distorções tarifárias e tributárias, além de deficiências flagrantes de

infraestrutura e de logística, até aqui não corrigidas, no diagnóstico do professor David Kupfer, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ).

O baixo investimento decorrente desse cenário derubou a produtividade e, na sequência, afetou a competitividade da indústria, deflagrando um processo que está na origem da crise atual, complementa Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A trajetória expressa pelas contas nacionais, aferidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desvenda uma das pontas da crise, embora não a revele inteiramente. A participação da indústria de transformação



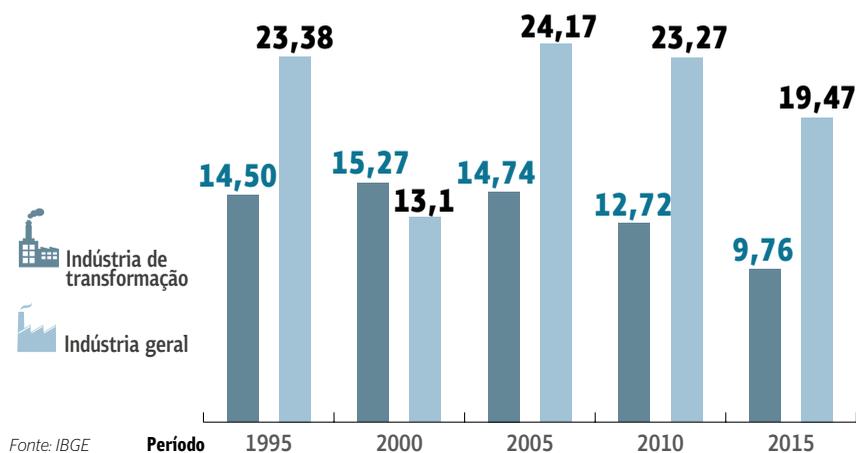
■ **Operação desmanche:** décadas de juros altos, câmbio valorizado e, mais recentemente, perda de lucratividade desmontaram a indústria

no Produto Interno Bruto (PIB) chegou a subir de 14,5% em 1995 para 15,27% em 2000, entrando em baixa a partir daí, alcançando 14,74% no quinquênio seguinte e 12,72% ao final da década de 2000. Com o agravamento da crise nos últimos dois anos, a fatia do setor encolheu para 9,76% no ano passado.

Incluindo os setores extrativo e da construção civil, a indústria em geral segue tendência semelhante, elevando-se de 23,38% em 1995 para 24,17% em 2005, antes de recuar para 23,27% em 2010 e daí para 19,47% cinco anos mais tarde. Para Igor

O ENCOLHIMENTO DA INDÚSTRIA

(Participação do Produto Interno Bruto, em %)



Velecico, economista do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco (Depec), “há um processo histórico de perda de participação da indústria no Brasil e no mundo, dando espaço para o setor de serviços, que transcende o período do último governo. A carga tributária, o baixo incentivo à inovação e à competição, a baixa abertura comercial e as pressões de custos certamente contribuíram para agravar o quadro no caso do Brasil”

Fernando Sampaio, diretor da LCA Consultores, reforça a tendência global de perda relativa de participação da indústria no conjunto da economia. “A fatia da indústria tem caído também na China”, ressalta. Ele propõe critérios mais qualitativos para analisar a questão da desindustrialização, que comporta “mil formas de discussão”. Há 35 anos, lembra Sampaio, a indústria brasileira era a maior fora dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), “com grau de diversificação setorial alta, atualização tecnológica razoável e capacidade de inovação baixa”.

Desde então, prossegue Sampaio, o País foi ultrapassado por outras nações e a indústria brasileira perdeu protagonismo, como resultado do “velho defeito de não conseguir gerar e difundir inovação”. De outro lado, porque, “em nome do combate à inflação, a política econômica jogou a

cartada mais alta na valorização cambial”, como forma de segurar os preços aqui dentro, barateando importações e, assim, corroendo um pouco mais a base competitiva da indústria.

Retomada em 2017

Os indicadores mais recentes, apurados pela equipe de macroeconomia do Bradesco, aponta Igor Velecico, do Depec, permitem “visualizar melhora do ambiente para a indústria”, com perspectiva de alguma retomada mais adiante. “A depreciação cambial tornou mais favoráveis as exportações brasileiras, que começam a apresentar crescimento em quantidade e velocidade significativa”, observa o economista. Segundo ele, o coeficiente de importação da indústria tem se mantido estável, “com ligeira tendência de queda”, enquanto o coeficiente de exportação do setor de transformação avançou de algo em torno de 13% nos últimos anos para 17% no começo de 2016.

“Além disso, a retomada da demanda, a queda da inflação e dos juros e a melhora da confiança, todos movimentos já em curso, permitirão aumento da produção industrial ao longo dos próximos anos”, sugere Velecico. A previsão do Bradesco aponta alta de 2,5% do PIB industrial em 2017 e de 3,5% em 2018.

O QUE OS BALANÇOS MOSTRAM

A forte queda nos investimentos surge como principal fator para explicar o “arrefecimento da economia e sua entrada em recessão, seja por seu efeito direto sobre a demanda, seja por seu efeito multiplicador sobre a renda e elevação do crescimento potencial da economia,” aponta o Centro de Estudos do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Cemec). O instituto identifica forte correlação entre as taxas anuais de crescimento do investimento e as do PIB entre 1997 e 2015, o que permite estimar que a variação do primeiro tende a explicar mais de 80% da variação do PIB.

A redução nos investimentos, que influenciou negativamente a produtividade na indústria, está associada principalmente a uma forte retração nos lucros retidos pelas empresas e a taxas de rentabilidade muito abaixo do custo do capital, conclui trabalho recente do próprio Cemec. O instituto investigou os balanços de 761 empresas, entre 2010 e 2014, para tentar encontrar as causas da retração mais recente do investimento na economia, um dos fatores para o baixo crescimento da atividade econômica e da indústria de transformação em particular.

Como porcentagem do PIB, o investimento total baixou de 21,8% para 20,1% naquele período, numa perda equivalente a 1,7 pontos. A administração pública respondeu por 11,8% dessa queda, já a que a taxa de investimento nesta área recuou de 2,8% para 2,6%, mas o desempenho foi compensado pela alta registrada nos investimentos de empresas financeiras e das famílias, que somados evoluíram de 5,4% para 5,6% do PIB entre 2010 e 2014.

Entre as empresas da amostra, o tombo foi ainda mais intenso, especialmente para aquelas influenciadas por políticas públicas, a exemplo da Petrobras, da Eletrobras, empresas do setor elétrico (afetadas pelo congelamento virtual dos preços gasolina, no primeiro caso, e pela redução nas tarifas de energia), e das usinas de cana



Carlos Antônio Rocca: estudo do Cemec associa queda dos investimentos à forte queda dos lucros retidos e baixa rentabilidade

A pressão dos importados

Com a diminuição do lucro bruto, as margens do negócio desceram ladeira abaixo, achatando a rentabilidade, numa evidência, de acordo com o Cemec, de que as empresas analisadas não conseguiram repassar aos preços de seus produtos todo o aumento de custo observado naquele período. Uma parte da explicação está

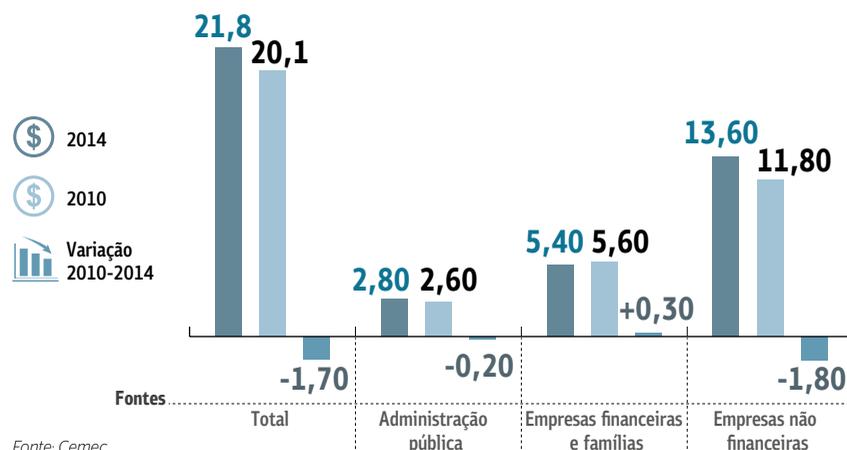
e na indústria de transformação. No conjunto das empresas analisadas, a taxa de investimento desabou de 8,6% para 4,7% do PIB (3,8 pontos de porcentagem a menos), com sua participação no investimento total retraindo-se de quase 40% em 2010 para 23,4% quatro anos depois.

Metade da queda foi atribuída às empresas afetadas por políticas públicas, enquanto a indústria de transformação respondeu por pouco mais de um terço, sempre entre as 761 empresas analisadas.

na concorrência promovida pelos produtos importados, que chegaram a elevar sua participação para mais de um quinto do valor total da produção do setor de transformação, segundo dados da CNI. Na versão do Cemec, a “concorrência de produtos importados, reforçada pela valorização cambial, impediu que empresas da indústria de transformação repassassem a totalidade do aumento de custos para os preços de venda, impondo redução de margens.” O preço dos importados, con-

ONDE CAI O INVESTIMENTO

(Composição do investimento total na economia, por fonte, em % sobre o PIB)



Fonte: Cemec

vertido em reais, passou a determinar o limite máximo de reajuste dos preços dos produtos nacionais concorrentes, reforça o centro de estudos.

Na frente doméstica, com impactos variados, o Cemec indica que vários custos “são relevantes e demandam melhor quantificação, como é o caso dos custos de energia elétrica, carga tributária e deficiências de infraestrutura, além do custo de capital”. Mas, prossegue o instituto, vários trabalhos apontam o avanço substancial dos salários reais numa fase de desemprego em baixa, avanço do setor de bens não comercializáveis (ou seja, que não sofrem influência do mercado internacional, notadamente os serviços) e estagnação da produtividade na indústria de transformação a partir de 2010.

Escalada do custo de capital

Ainda na análise dos balanços daquelas 761 empresas, o Cemec mostra que a taxa nominal de retorno sobre o capital total investido esteve em linha com o custo do capital investido até 2010, indicando

que “o resultado dos investimentos estava muito próximo do necessário para pagar os juros da dívida e remunerar o capital próprio em níveis próximos aos de mercado”. Em 2010, por exemplo, para um custo de capital ao redor de 14% ao ano, o investimento ainda assegurava um retorno de 13,7%.

Desde lá, o retorno foi cortado pela metade, para 6,9% ao ano em 2014, enquanto o custo de capital subiu algo como 13,6%, atingindo 15,9% ao ano, mais de duas vezes acima do resultado do investimento realizado (mais precisamente, 130% a mais). Não por coincidência, o retorno de quem investiu em títulos federais, descontado o Imposto de Renda, atingiu 9,2% em 2014, um terço maior do que o “lucro” que a empresa teria se tivesse realizado algum investimento na expansão de seu negócio ou na abertura de novas fábricas.

“Mantidos os números de 2014, o investimento de R\$ 1 mil na empresa geraria ao final de um ano R\$ 69 de retorno, insuficientes para pagar a conta de R\$ 159 necessários para pagar os juros e remunerar o

capital próprio a preços de mercado”, detalha o Cemec. O balanço de custos e benefícios, naquele momento, desaconselharia “a realização de qualquer investimento”.

A “ESPECIALIZAÇÃO REGRESSIVA”

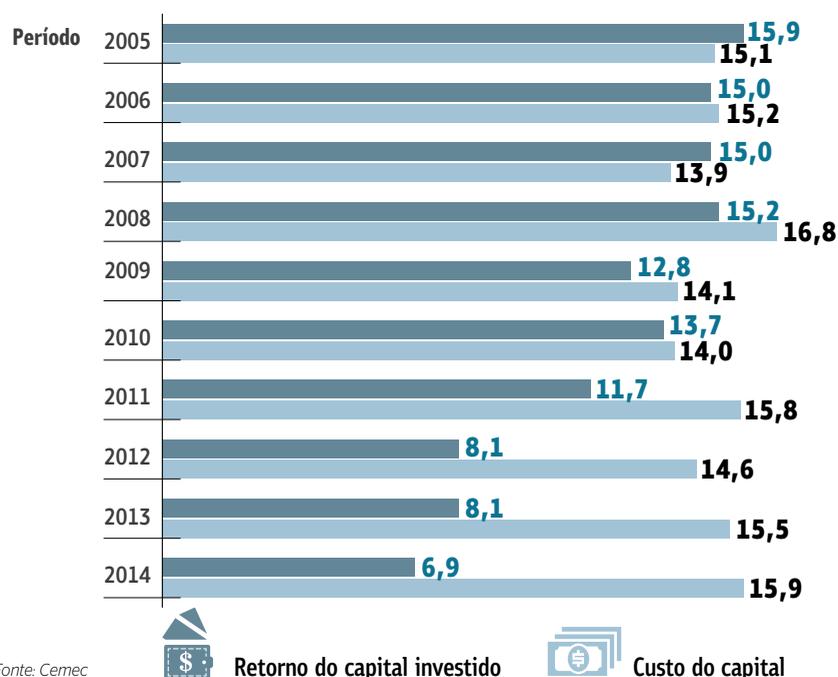
A indústria brasileira enfrenta processo de “especialização regressiva” desde a fase de estagnação que marcou os anos 1980, afirma David Kupfer, professor associado e membro do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). Esse processo continuou ditando a tônica dos movimentos que embalaram o setor na década de 1990, com a atabalhoada abertura da economia promovida no período, e também durante os anos 2000, quando foi adotado um “regime competitivo orientado para dentro”, na análise de Kupfer.

Por especialização regressiva, prossegue o professor, entenda-se uma trajetória industrial comandada por setores intensivos em recursos naturais, em oposição a estratégias competitivas mais complexas, “que envolvem maiores níveis de investimento fora do chão-de-fábrica, em atividades de esforço de venda, diferenciação de produtos e inovação”. O primeiro tipo de especialização leva à evolução de setores industriais menos dinâmicos “na geração de renda e emprego”, mais dependentes dos “ciclos de preços e quantidades do comércio internacional” e “menos indutores de dinamismo econômico, constituindo uma das principais razões estruturais para o baixo crescimento de longo prazo da economia”.

Kupfer, em artigo publicado na imprensa (**Valor Econômico**, 09/05/2016) e em entrevista à **Goiás Industrial**, define inicialmente quatro conjuntos de fatores que têm contribuído para configurar os processos em curso no setor industrial. O predomínio, durante todo aquele período, de políticas de estabilização baseadas no

DISTÂNCIA CRESCENTE

(Evolução da taxa nominal de retorno do capital próprio investido do custo médio ponderado do capital, em % ao ano)



Fonte: Cemec



Retorno do capital investido



Custo do capital

“trinômio juros altos, câmbio baixo e aperto fiscal”, gerou um ambiente macroeconômico hostil ao desenvolvimento industrial.

Em segundo lugar, a persistência de uma estrutura tarifária “anômala”, com tarifas efetivas que asseguram maior proteção aos insumos básicos do que a bens industriais mais elaborados, acaba incentivando a importação de produtos finais, “já que o insumo que precisa ser importado para ser manufaturado aqui torna-se muito caro.” Essa estrutura invertida, que Kupfer qualifica como uma “escada tarifária às avessas”, “é um empecilho para a manufatura” e “dificulta o desenvolvimento de setores mais à frente nas cadeias industriais”. Como consequência, o País vai “renunciando à manufatura de produtos mais elaborados” e que poderiam, portanto, injetar maior dinamismo na indústria e na economia como um todo.

Os custos crescentes de acesso à infraestrutura, incluindo energia, logística, educação, inovação e urbana, entre outras, e distorções tributárias, da mesma forma, desestimulam investimentos e afetam negativamente a competitividade. No caso da estrutura tributária, detalha Kupfer, a cobrança de impostos indiretos e cumulativos em cadeias longas, incidentes sobre o

valor do produto, penaliza o setor de manufatura, gerando uma espécie de “multi-tributação”. “O imposto não pode incidir sobre o valor do produto, ele tem de incidir sobre o valor adicionado por aquela empresa”, ressalta o professor.

Novos caminhos para a integração

A forte presença de empresas transnacionais na economia e o aumento da importância relativa do comércio intrafirma, na definição de David Kupfer, reduzem ou mesmo anulam os efeitos dos incentivos criados para tentar agregar competitividade à indústria local. “Os incentivos nacionais perdem potência porque as empresas conseguem, digamos assim, fazer um planejamento da produção que supera, amortece ou anula a estrutura de incentivos que você quer montar”, aponta ele.

Por isso mesmo, determinados incentivos e instrumentos de política industrial, utilizados no passado aqui dentro, “não se aplicam mais nessa nova configuração da produção industrial, da empresa industrial”. Kupfer propõe o desenho de políticas industriais que não tenham a produção local, a substituição de importações, como objetivo único. A ideia toda é construir uma indústria que exporta e importa mais,

investe no exterior, preparando a estrutura industrial no País para uma maior integração internacional.

“Meu objeto envolve algo chamado integração produtiva, que é bastante diferente, mais complexo do que a própria integração comercial. Não interessa preparar o País para ser um fornecedor de produtos de menor valor em cadeias globais de valor”, sustenta Kupfer. No arranjo proposto pelo especialista, que prefere definir o processo de formação de cadeias globais como “especialização vertical”, a indústria brasileira entraria como ator “responsável pelo desenvolvimento tecnológico, pelo projeto, pelo aperfeiçoamento, pela assistência técnica, pelo pós-venda daquele cluster de produtos em uma cadeia global qualquer”.

ATAQUE SIMULTÂNEO

“A grande origem dessa crise é a perda de competitividade. Somos uma indústria que não tem capacidade de competir com nossos concorrentes internacionais, principalmente os asiáticos. Nosso custo cresceu muito, a produtividade estagnou e perdemos competitividade”, declara Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de Política Econômica da CNI.

Na sua análise, o setor industrial já vinha sofrendo fortemente desde a virada da década, com perda de participação na economia, e, nos últimos dois anos, a crise se espalhou para os demais setores, refletindo os desequilíbrios macroeconômicos gerados pela situação fiscal. As duas questões – a baixa competitividade da indústria e a questão fiscal – devem ser atacadas “simultaneamente, para criar um novo ciclo de crescimento”, afirma Castelo Branco.

A perda de competitividade do setor, reforça o economista, explica o baixo crescimento industrial e também a reduzida produtividade do setor numa comparação internacional, que por sua vez decorre da redução de investimento, “tanto em equi-

David Kupfer:

“Trinômio juro altos, câmbio baixo e aperto fiscal” gerou um ambiente macroeconômico hostil ao desenvolvimento industrial



pamentos e instalações, como em inovação e até mesmo na própria gestão”.

Para Castelo Branco, o câmbio valorizado foi um “componente macroeconômico que afetou a competitividade da economia”. A persistência de um dólar barato desde meados da década passada até os primeiros anos da década atual “afetou muito negativamente o setor industrial” e “é uma das causas sem dúvida dessa perda de participação”. A reversão observada nos dois últimos anos, com a alta do dólar, entende Castelo Branco, tende a melhorar as perspectivas para a indústria. “Mas não há uma medida mágica, a bala de prata. É preciso enfrentar todo esse conjunto de coisas e atacar de uma forma coerente, articulada e principalmente simultânea, para termos tanto a retomada do equilíbrio macroeconômico, como a criação das condições de competitividade para o crescimento sustentável. Temos urgência de fazer”, cobra.

O buraco nas contas externas

O ajuste vigoroso no câmbio imposto pelo mercado no final dos anos 1990 permitiu que a balança comercial de produtos típicos da indústria de transformação, na série de dados do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), saísse de um déficit de US\$ 10,5 bilhões em 1998 para um superávit de US\$ 31,1 bilhões em 2005, refletindo um salto de 127% nas exportações, diante de avanço de apenas 19,3% nas importações. Daí em diante, com a política de juros persistentemente elevados e dólar caro, as exportações ainda cresceram 45%, para US\$ 146,1 bilhões em 2013, mas as compras externas triplicaram, saltando 238%, para US\$ 205,9 bilhões – recorde absoluto até aqui. O déficit comercial da indústria de transformação alcançou US\$ 59,9 bilhões.

No ano seguinte, o rombo na balança comercial do setor atingiu seu recorde, com saldo negativo de praticamente US\$ 63,6 bilhões, dez vezes mais do que o resultado de 1998. No ano passado, com



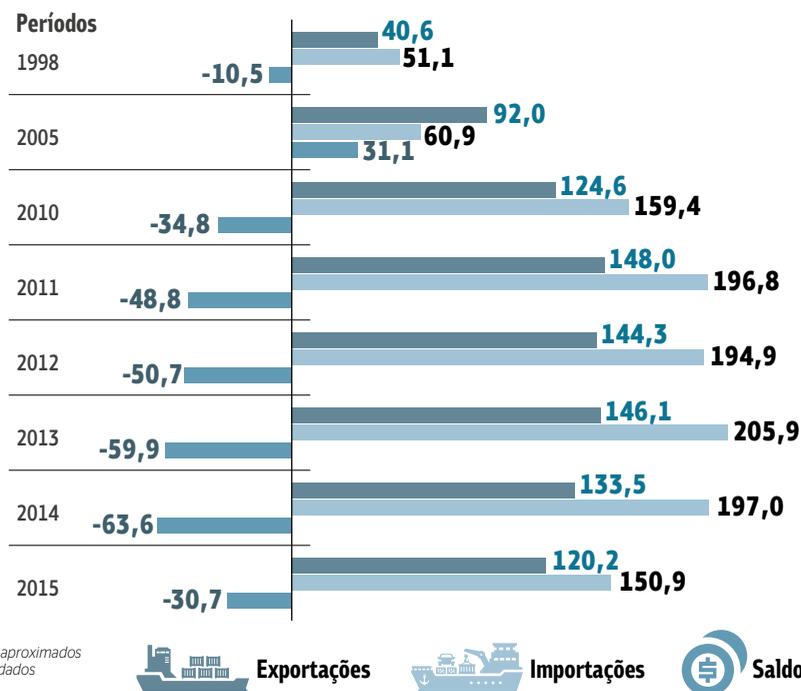
Castelo Branco:
“Somos uma indústria que não tem capacidade de competir com nossos concorrentes internacionais”

a crise já instalada na economia e no segundo ano de desvalorização do dólar, as exportações ainda recuaram 10%, com tombo de 23,4% para as importações, o que resultou num corte de 51,7% no déficit comercial, para US\$ 30,7 bilhões – o mais baixo desde 2009. No primeiro trimestre

deste ano, o déficit desabou 86,3% em relação a igual período de 2015, limitando-se a US\$ 2,0 bilhões, com redução menos acentuada das exportações (-5,3%) e aceleração na velocidade de redução das compras externas (-32%). ■

A EXPLOÇÃO DO DÉFICIT

(Balança comercial da indústria de transformação, anos selecionados, em US\$ bilhões*)



(*) Valores aproximados e arredondados
Fonte: Iedi



Gargalos no caminho

Mais de 40% das indústrias do polo de Rio Verde estão com investimentos parados em função da crise. Falta de segurança nos distritos industriais surge como problema mais grave a ser solucionado

Nathalya Toaliari

A consolidação da agroindústria no município de Rio Verde, no Sudoeste goiano, ao longo da última década, impactou positivamente a expansão da construção civil e do comércio, além de atrair novas empresas, gerando mais renda e emprego para a população da região. Maior polo agroindustrial no interior do Estado, seu crescimento poderia ser acelerado caso questões emergenciais fossem enfrentadas desde já pelo setor público, incluindo prefeitura, governo estadual e União.

Os principais gargalos foram identificados no estudo Polos Industriais de Rio Verde, o terceiro de série da Fieg, que já havia contemplado Anápolis e Aparecida de Goiânia. Desta vez, o raio X abrangeu os distritos agroindustriais de Rio Verde Darv 1 e

Darv 2 e os distritos Cesar Bastos e de Micro e Pequenas Empresas de Rio Verde (Dimpe), onde foram ouvidas 75 empresas instaladas ali, além de nove empresas que não pertencem a nenhum dos distritos.

O objetivo do trabalho é oferecer subsídios para o estabelecimento de políticas públicas de apoio às indústrias e para o equacionamento dos problemas identificados como fatores dificultadores da competitividade das empresas goianas, os quais enfraquecem os polos e distritos industriais.

Com predomínio de empresas originalmente goianas (85% da amostra), de micro e pequenas empresas (82%) e 45% do total de entrevistadas há mais de dez anos no mercado, os empresários apontam falta de segurança, burocracia no licenciamento ambiental, deficiência no tratamento de esgoto, problemas com a regularização das propriedades entre as principais dificuldades nos distritos industriais do município.

Mesmo na crise, 82% das empresas ouvidas pretendem manter o quadro de pessoal neste ano, enquanto 87% apontam a falta de pessoal treinado como principal obstáculo no recrutamento e na seleção de novos empregados. Parcela significativa das empresas, num percentual de 76%, tem planos de investimentos para os

próximos três anos, mas 41% foram obrigadas a adiar seus projetos em função da conjuntura desfavorável.

A pesquisa também abordou caminhos para o desenvolvimento dos distritos. Diante de dez itens, vislumbrando o desenvolvimento dos distritos industriais de Rio Verde, os entrevistados indicaram como prioridade, em escala de 1 a 10, a coleta e tratamento de esgoto.

Senai investe R\$ 10 milhões em Rio Verde

Diante do desafio de acompanhar a evolução do grande e diversificado parque agroindustrial de Rio Verde, sobretudo pela força do agronegócio, a Unidade Integrada Sesi Senai passou por ampla expansão de sua estrutura física, que permitirá dobrar a capacidade de atendimento, elevando o número de matrículas de 6 mil para 12 mil por ano em seus diversos cursos de qualificação profissional.

Com investimento em torno de R\$ 10 milhões, a unidade estabeleceu parcerias técnicas com fabricantes de máquinas e implementos agrícolas, ampliou oficinas, laboratórios e salas de aula. Os novos ambientes foram entregues no dia 25 de maio, data alusiva ao Dia da Indústria. Nessa reestruturação, novos parceiros foram importantes, colaborando na disponibilização de equipamentos, a exemplo da ZF do Brasil, Case Agriculture, Jacto e NSK Rolamentos.

“A modernização visa reforçar os serviços que já prestamos e investir pesadamente no setor de agroindústria, além de incrementar as atividades voltadas para as áreas de metalmecânica e eletrotécnica”, explica o diretor do Sesi Senai Rio Verde, Hélio Santana. ■

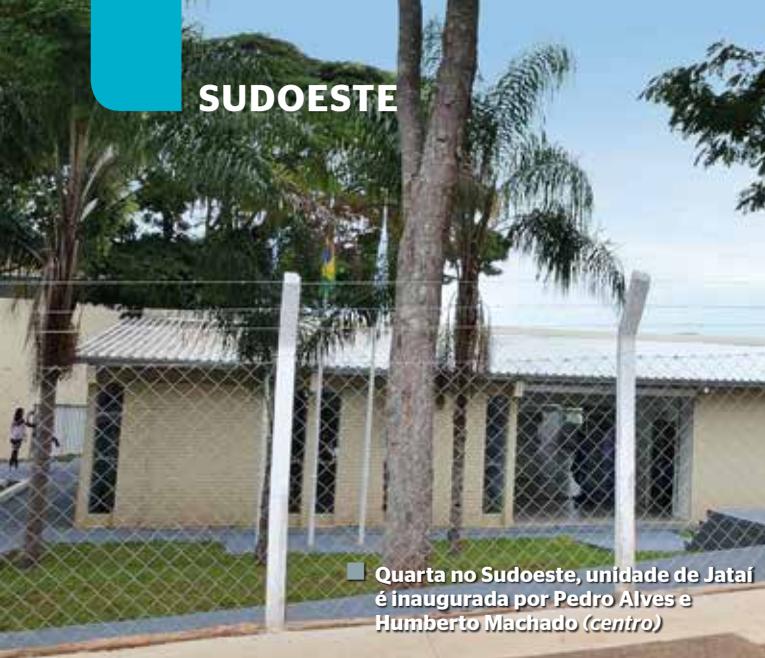


■ **Unidade Integrada Sesi Senai Rio Verde:** inauguração de ampliação reúne parceiros, como Sílvio Furtado, da ZF América do Sul; Rafael Acuri, da Jacto; Edgardo Legar, da Case Agriculture; e Luiz Granjo, da NSK Rolamentos, empresários e autoridades



NA INTERNET:

Leia íntegra do estudo sobre Rio Verde no site www.sistemafieg.org.br



■ Quarta no Sudoeste, unidade de Jataí é inaugurada por Pedro Alves e Humberto Machado (centro)



Jataí integra Rede Sesi Senai

No roteiro de expansão das ações das instituições no Sudoeste Goiano, Jataí é a quarta cidade a abrigar uma unidade integrada na região

Andelaide Lima

Com economia fundamentada na força do agronegócio, Jataí está entre os 15 municípios mais competitivos do Estado. Para dar sustentabilidade ao seu desenvolvimento socioeconômico, a cidade passa a contar com importante reforço na formação de profissionais para atender à demanda das indústrias locais por mão de obra qualificada. Inaugurada no dia 2 de junho, a Unidade Integrada Sesi Senai Jataí potencializa a atuação das instituições do Sistema Fieg no Sudoeste, que já conta com unidades integradas em Rio Verde, com ampliação inaugurada em maio (veja matéria nas páginas 44 e 45), Quirinópolis, igualmente ampliada, e Mineiros.

Fruto de parceria com a prefeitura de Jataí, que cedeu área para sua construção, a nova unidade vai oferecer, inicialmente, cursos de mecânica de manutenção industrial e de manutenção elétrica industrial. Também serão oferecidos os programas Ginástica na Empresa, Educação de Jovens e Adultos, serviços de odontologia, além de vários cursos de informática, gestão e comportamental e outros via educação a distância.

Nas oficinas de mecânica geral e eletroeletrônica poderão ser desenvolvidos ainda cursos nas áreas de solda, metrologia, pneumática e lubrificação industrial.

CURSOS TÉCNICOS SERÃO OFERECIDOS EM 2017

Durante a inauguração em Jataí, o diretor regional do Senai e superintendente do Sesi, Paulo Vargas, anunciou para 2017 a implantação de cursos na modalidade de habilitação técnica, de nível médio. “Nosso objetivo é ampliar as atividades de formação profissional para atender às demandas do setor produtivo e oferecer oportunidades de qualificação para que a população tenha acesso a bons empregos e melhores remunerações. Os cursos podem ser desenvolvidos de acordo com as necessidades das empresas e realizados, também, por meio de unidades móveis”, explicou.

Presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, destacou a importância da chegada do Sesi e Senai a Jataí. “Estamos orgulhosos de poder contribuir com o desenvolvimento socioeconômico de um dos principais municípios do Estado, levando qualificação profissional e serviços que vão proporcionar melhor qualidade de vida para a população local e das cidades circunvizinhas”, disse.

Para o prefeito Humberto Machado, a implantação da unidade integrada em Jataí vai possibilitar a capacitação da mão de obra local, além de atender a antiga reivindicação de grandes empresas do setor agroindustrial. “A inauguração da unidade integrada é um dia histórico para Jataí, que passa a contar com serviços de qualidade oferecidos por instituições que são referências no País. Não existe crise para quem possui conhecimento técnico e especializado. A parceria com o Sistema Fieg vai ampliar o acesso da população ao mercado de trabalho, gerar mais emprego e renda e fortalecer a economia do município”, diz. ■

Indústria goiana na Olimpíada do Rio

Nutriex sustenta portfólio com 2,7 mil produtos já lançados ou em desenvolvimento e preparou linha de 15 itens especificamente para os Jogos Olímpicos

Nesse momento, a goiana Nutriex Cosmecêutica, empresa do Grupo Milênio, desenvolve 31 marcas para o mercado de licenciamento, destinados aos segmentos de farmácias e drogarias, lojas de cosméticos, salões de beleza e supermercados, além de apresentar um portfólio com 2.752 produtos já no mercado ou em fase final de desenvolvimento. E mais: a empresa teve licenciada pelo Comitê Olímpico uma linha de 15 itens, entre protetores solares fator 30 e 60, repelentes, linha kids de produtos para proteção contra o sol, pulseira indicadora e tintas para o rosto para enfeitar as torcidas durante a Olimpíada do Rio de Janeiro.

Aproveitando a onda dos Jogos Olímpicos,

a empresa preparou ainda uma linha de produtos colecionáveis, com referências ao Rio e aos locais onde ocorrerão as disputas, que inclui protetor facial e tonalizante, entre outros. A indústria da empresa, instalada em Aparecida de Goiânia, possui certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, conferido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e mantém laboratórios com oito técnicos e doutores para pesquisa e desenvolvimento e para testes de cosméticos e produtos farmacêuticos fabricados ali.

Segundo a Gerência de Marketing e Desenvolvimento de Produtos da Nutriex, a empresa foi pioneira na exploração de produtos com proteção contra raios infravermelhos e a primeira a produzir no País cápsulas pré-sol, que potencializam a absorção de vitamina D, ajudam no bronzeamento e na proteção da pele durante a exposição aos raios solares. A gerência aponta ainda que a Nutriex é líder no segmento de equipamentos para proteção individual (EPI), com linha de protetores solares, produtos para a pele e repelentes que asseguram proteção por dez horas.



Cosmecêutica: empresa explora conceito de produtos farmacêuticos associados a cosméticos, com foco no bem-estar do consumidor

Alex Ferro

Sylmara Multini: os Jogos Olímpicos devem deixar legado de novas oportunidades de negócios para empresas na área de licenciamento



Legado de negócios

Durante o processo de seleção das empresas autorizadas a utilizar a marca das Olimpíadas no País, Sylmara Multini, diretora de Licenciamento e Varejo dos Jogos Rio 2016, afirma que o Comitê Olímpico identificou no mercado categorias atraentes de produtos para serem licenciados e abriu concorrência para que as empresas desses segmentos se candidatassem. As propostas, segundo ela, foram analisadas de acordo com a capacidade de produção e distribuição de cada uma das interessadas, levando em conta os valores olímpicos e a proposta comercial.

Interessava também ao comitê empresas que apresentassem "ótimo desenvolvimento de produto e ampla distribuição". A Nutriex, diz ela, preencheu todos aqueles requisitos. "Apesar do momento econômico, o mercado de licenciamento no Brasil continua muito atraente, sendo um dos que mais crescem no País. Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos são uma excelente oportunidade para fomentar esse mercado e deixar de legado para as empresas novas oportunidades de negócios", afirma Sylmara. ■



Luciano Medeiros

■ **SENSUALIDADE** / A indústria de lingerie Diáfana levará sua nova coleção, lançada no Dia dos Namorados, para a Moda Brasil, em São Paulo. No evento, a empresária Odaléa Bueno exibirá suas linhas de lingerie e moda praia. As novidades ficam por conta da linha sensual de conjuntos sutiã strappy, de tirinhas cruzadas e espartilhos com rendas bicolores e recorte com tule nude e modelagem estruturada. Na indústria, fundada em 1996 no Bairro Santo Antônio, em Goiânia, também são produzidas camisolas de renda, tule e chiffon de seda pura.



■ **CASA COR** / Vice-presidente da Brasal Incorporações, Osório Adriano Neto, sua mulher, Cristiane Adriano, e o arquiteto Genésio Maranhão, na Casa Cor 2016, que tem como palco, até 22 de junho, prédio histórico da Central de Medicamentos Juarez Barbosa, na Avenida Tocantins, no Centro de Goiânia. O grupo Brasal, que nasceu em Brasília há 52 anos e desde 2011 atua no ramo da construção civil na capital goiana, é o patrocinador oficial da mostra de decoração.





■ **PRATA LATINA** / Patrocinada pela EquiPLEX Indústria Farmacêutica, a atleta goiana Jane Karla acaba de chegar da Colômbia, onde faturou duas medalhas de prata na World Cup, na modalidade tiro com arco, em disputa com atletas de todo o continente americano. Com o feito, ela se destaca como a primeira para-atleta do Brasil que integrou na seleção principal numa Copa do Mundo. Ano passado, ela havia faturado dois ouros na Arizona Cup, campeonato do ranking mundial.

■ **SANDUBA, O NEGÓCIO** / Palestra sobre empreendedorismo proferida pelo empresário José Wilson Borges (foto), proprietário da rede goiana de sanduicherias Tio Bákinas, lotou o auditório da Faculdade de Administração da UFG, dia 3 de junho. Sócio do empreendimento, juntamente com Carlos Eduardo Borges e Rafael Campos Ferreira, o empresário montou seu negócio há sete anos, no Parque Amazônia, e comemora a abertura de franquias em Senador Canedo e Trindade. “Estamos expandindo para o interior e este ano queremos dobrar o número de franquias, que hoje são 22”, destaca Borges.

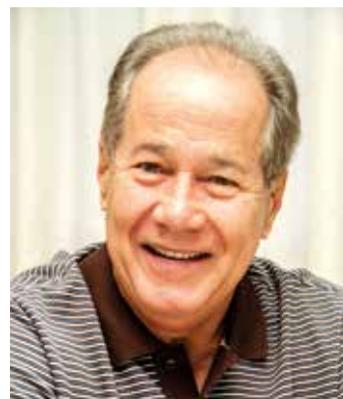


■ **CAPITÃO WALDYR, 100 ANOS**

/ Pioneiro da indústria em Goiás, Waldyr O'Dwyer teve sua história transformada em documentário pela jornalista, escritora e cineasta Cássia Fernandes, diretora da La Lumière. A obra sobre os 100 anos do Capitão Waldyr, como o decano da indústria goiana é conhecido, narra sua trajetória à frente da Anadiesel, em Anápolis, e fatos pitorescos da vida do veterano, que atuou na Segunda Guerra Mundial. Líder classista, Waldyr O'Dwyer foi o primeiro presidente da Regional da Fieg, então denominada Núcleo da Fieg de Anápolis, entidade na qual ele é seu presidente de honra.



■ **CLUBE ABERTO** / O engenheiro Bruno Miguel Di Carlo (TCI Construtora) está empenhado em seu plano de expansão do Clube de Engenharia, que preside. A abertura para adesão como contribuintes inclui profissionais diversos, como o técnico de nível médio com registro no Crea-GO, além de acadêmicos de arquitetura e de engenharia e de tecnologias da informação. O clube igualmente abre portas para empresas de engenharia e arquitetura com registros regulamentados no Crea-GO e no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU).



Aderson Mendes



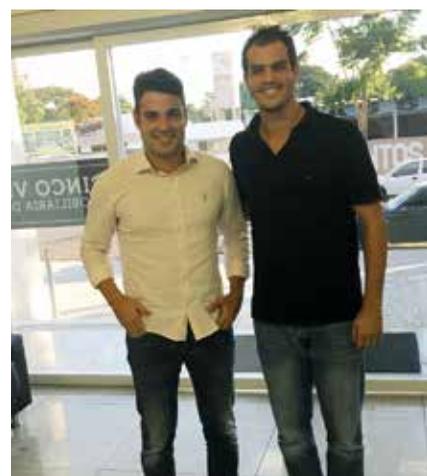
Foto: 2016/Fernando Soutello

■ **COM A CHAMA OLÍMPICA /** Ex-atleta vitorioso do vôlei, com vários títulos conquistados em Goiás e no País, pela seleção goiana, professor e treinador em diversas categorias, Adair Prateado Júnior, atualmente diretor da Unidade Integrada Sesi Senai Aparecida de Goiânia, viveu momentos de muita emoção ao conduzir a tocha olímpica em sua passagem por Goiás, no dia 6 de maio. Ele foi um dos 40 escolhidos para participar do revezamento da chama, em reconhecimento à sua atuação como incentivador do esporte e da educação. Na unidade de Aparecida, que dirige desde 1994, o programa Atleta do Futuro atende mais de 800 atletas por ano. Vários outros programas são desenvolvidos, com participação de mais de 30 profissionais de educação física atuando pela melhoria da qualidade de vida e do esporte do município.

■ **JUNTO E MISTURADO /** Formado pela UFMG, o jovem engenheiro civil Paulo Henrique Machado Barbosa, de 24 anos, retornou a Goiânia e montou sua própria construtora, a Amplus. Empreendedor, ele também uniu hobby e negócios de mídia ao criar a Futevolei Brasil e agora se junta aos sócios Paulo Victor Cruvinel (com ele na foto) e Paulo Siqueira Melo numa nova empreitada - o bar Steak In -, que eles vão inaugurar em agosto na Alameda Ricardo Paranhos, no Setor Marista. "A ideia é sofisticar nosso tradicional espetinho", explica. Primeiro do tipo na capital, o bar terá diferencial para oferecer a dobradinha espeto e long neck. "Os garçons vão circular com mix de 18 espetos de todos os tipos, dos populares aos mais exóticos como carnes especiais, vegetariano e camarão. O público-alvo é aquele do happy hour, que pode fugir do trânsito do fim do dia com pit stop gastronômico, antes de voltar para casa", observa.



■ **GENTE PARA A INDÚSTRIA /** Em formatura do curso técnico de alimentos, o diretor da Escola Senai Vila Canaã, Hélio Vilaça, participa de entrega de certificados aos concluintes. Com passagem também pela direção da Unidade Integrada Sesi Senai Sama, em Minaçu, Vilaça está desde 2006 à frente da escola de Goiânia, que forma anualmente cerca de 24 mil profissionais em diversas áreas da indústria.



■ **ADRENALINA /** Filho do empresário Wellington Marcelo da Silva, do Frigorífico Frigoboi, em Aurilândia, Marcello Leodorico Fernandes Silva, de 11 anos, já é campeão em motocross, liderando os campeonatos goiano, de 65 e 85 cilindrados, e brasileiro de 65 cilindradas. Orgulhoso, o pai se divide entre as viagens com Marcelinho - a última competição foi em Caroline, nos EUA, dia 13 de junho - e os negócios, com os sócios João Batista Rodrigues da Silva e Tubal Caim. "Como no esporte, nosso ramo de atuação exige treino diário de qualidade e persistência para ter sucesso, apesar do atual cenário econômico do Brasil", destaca.



Damião Porto

**SIGEGO****ASSEMBLEIA NACIONAL EM GOIÂNIA**

Goiânia recebe no dia 28 de abril do ano que vem a 53ª Assembleia Geral Ordinária da Abigraf Nacional. A última edição do evento foi realizada em Aracaju, no final de abril, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Sergipe (Fies), com presença do presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás (Sigego), Antônio Almeida (foto).

VENDAS E PRODUÇÃO / Numa promoção do Sigego, o coaching Fábio Soares (foto) realizou em maio, no auditório do Senai Vila Canaã, palestra sobre vendas e produção na indústria gráfica. Ele falou para uma centena de empresários, funcionários do setor e estudantes do curso técnico em Artes Gráficas do Senai.

**SINDICER/GO****PRESTANDO CONTAS**

O Sindicato das Indústrias da Cerâmicas do Estado de Goiás (Sindicer/GO) realizou no em maio duas assembleias gerais: uma extraordinária, para debater as convenções coletivas de 2016 a serem negociadas com os sindicatos laborais; e uma ordinária, para a prestação de contas do exercício de 2015, bem como apresentação do balanço financeiro e do relatório de atividades também referentes a 2015

**SINDQUÍMICA**

BOAS PRÁTICAS / A primeira turma do Curso de Boas Práticas de Fabricação (BPF) RDC 48 (foto) concluiu sua formação, depois de seis meses de capacitação realizada na sede do Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás (Sindquímica), em parceria com Instituto Qualitec.



SINDALIMENTOS

CONVENÇÃO COLETIVA / O SindAlimentos reuniu sua diretoria (acima) para tratar de diversos assuntos de interesse do setor e apresentar proposta do sindicato laboral para a Convenção Coletiva de Trabalho 2016-2017. Também foi informado que a entidade irá emitir o certificado às empresas participantes da segunda etapa do Programa de Qualificação de Empresas de Panificação, realizado em parceria com o IEL-GO, Senai e Sebrae, com supervisão do Ministério Público.

SIAEG

FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA / O Sindicato das Indústrias da Alimentação no Estado de Goiás (Siaeg) realizou em maio o workshop Fiscalização Sanitária na Indústria de Alimentos - Uma Visão Geral (abaixo). O evento, inicialmente projetado para 50 pessoas, reuniu quase 80 representantes de diversas indústrias alimentícias do Estado, com participação de Eliane Rodrigues da Cruz, gerente de Vigilância Sanitária de Produtos, e da gerente de Fiscalização e Inspeção de Alimentos da Anvisa, Cláudia Darbelly Cavaliere de Moraes.



REGIONAL ANÁPOLIS



HOMENAGEM NA ASSEMBLEIA /

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás realizou em abril sessão solene (à esquerda) para celebrar a passagem dos 80 anos da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia), numa iniciativa do deputado Carlos Antônio. Na ocasião, receberam a Medalha de Mérito Pedro Ludovico, entre outros, Wilson de Oliveira, presidente da Fieg Regional Anápolis e do SindAlimentos, e Anastácios Apostolos Dagios, presidente da Acia e do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma).

VACINAÇÃO / O presidente da Fieg Regional Anápolis, Wilson de Oliveira, e o presidente executivo do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), Marçal Henrique Soares, acompanharam o ponta-pé inicial na campanha de vacinação contra a gripe desenvolvida pelo Sesi Goiás. A ação ocorreu no laboratório Geolab, situado no Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia).

CARTÃO VIVA MAIS / A unidade do Sesi Jundiá, em Anápolis, sediou o lançamento do Cartão Viva Mais, criado pelo Departamento Regional do Sesi, agregando novo serviço para o trabalhador da indústria e seus dependentes. O presidente da Fieg Regional Anápolis, Wilson de Oliveira, participou do evento (foto) e destacou o esforço desenvolvido pela federação e, em especial, pelo Sesi, para a implementação do benefício.



SINDIFARGO

PLANO ESTRATÉGICO /

O presidente executivo do Sindifargo, Marçal Henrique Soares, participou da oficina de construção do Planejamento Estratégico 2016-2022 da Câmara Setorial de Medicamentos do Estado de Goiás (Casmed-GO), em Goiânia. A Casmed-GO é um colegiado criado com objetivo de unir esforços públicos e privados para promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico de medicamentos e produtos para a saúde com alto padrão.

RESOLUÇÃO EM DEBATE /

O Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), por meio do Grupo de Excelência em Assuntos Regulatórios, realizou reunião para estudo da Resolução nº 73 da Anvisa, que dispõe sobre mudanças pós-registro, cancelamento de registro de medicamentos com princípios ativos sintéticos e semissintéticos e dá outras providências.

PARA PROFISSIONAIS /

O Sindifargo realizou em maio treinamento de avaliação de A.P.I.M.F para insumos farmacêuticos ativos, segundo as normas da Organização Mundial de Saúde. O conteúdo foi ministrado pela consultora Ana Maria Fernandes, da T&B Pharma Consulting, e direcionado a representantes das indústrias farmacêuticas.

SICMA

REESTRUTURAÇÃO / A diretoria do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma) realizou em abril reunião de trabalho ampliada para a reestruturação do planejamento estratégico da entidade, iniciativa ancorada no Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), desenvolvido em parceria entre o Sistema Fieg e a CNI. O presidente do Sicma, Anastácios Apostolos Dagios, destacou que o planejamento estratégico é uma ferramenta fundamental para a modernização do sindicato.



PLANO DIRETOR / Em maio, o presidente do Sicma, Anastácios Apostolos Dagios, entregou a um grupo de vereadores (foto), entre eles, o presidente da Câmara Municipal de Anápolis, Lisieux José Borges, minuta com propostas do setor para a revisão do Plano Diretor do Município, ação desenvolvida em parceria com a Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia) e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL). A intenção do Sicma, disse Dagios, é oferecer sugestões para que a legislação possa avançar e contribuir com o crescimento sustentável do município.



ENTRAVES COM A SANEAGO / A convite da diretoria do Sicma, o deputado estadual Carlos Antônio participou em abril de reunião da entidade para tratar dos problemas que o setor vem enfrentando com a Saneago em função da demora na liberação do Atestado de Viabilidade Técnico Operacional (AVTO), exigido para edificação de condomínios acima de 21 unidades. Segundo o presidente do Sicma, Anastácios Apostolos Dagios, a Saneago tem dificultado a expedição do atestado diante da baixa oferta de água. Ficou acertado que deverá ser trabalhada uma agenda com o governo do Estado para tratar da questão.

SINDICATOS COM SEDE NO EDIFÍCIO PEDRO ALVES DE OLIVEIRA

Rua 200, Quadra 67-C, Lote 1/5, nº 1121 - Setor Vila Nova, em frente à Casa da Indústria - Goiânia-GO, CEP: 74645-230

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás

Presidente: Olavo Martins Barros
Fone: (62) 3224-0456/Fax 3224-0338
siac@sistemafieg.org.br

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás

Presidente: Sílvio Inácio da Silva
Telefone (62) 3224-0121/ 3224-0012
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDIAREIA

Sindicato das Empresas de Extração de Areia do Estado de Goiás

Presidente: Gilberto Martins da Costa
Fone/Fax: (62) 3224-8688
sindiareia@sistemafieg.org.br

SINDCEL

Sindicato das Indústrias da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás

Presidente: Célio Eustáquio de Moura
Fone: (62) 3218-5686 / 3218-5696
Sindcel.go@gmail.com

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confeção de Roupas para Homens no Estado de Goiás

Presidente: Daniel Viana
Fone: (62) 3223-2050

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás

Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@terra.com.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás

Presidente: Elvis Roberson Pinto
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SININCEG

Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás

Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax: (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Tocantins

Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarn@terra.com.br

SINDICURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás

Presidente: João Essado
Fone/Fax: (62) 3213-4900
sindicurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás

Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone: (62) 3224-7443
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás

Presidente: Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
Fone: (62) 3212-1135 / Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás

Presidente: Bruno Franco Beraldi Coelho
Fone: (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDIPAO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás

Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 8422-4022
sindipao@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás

Presidente: Eliton Rodrigues Fernandes
Telefone: (62) 3225-9889
simagran@sistemafieg.org.br

SINCAFE

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás

Presidente: Carlos Roberto Viana
Fone: (62) 3212-7473 - Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás

Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax: (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras e Derivados do Estado de GO, TO e DF

Presidente: Flávio Santana Rassi
Fone/Fax: (62) 3213-0778
sindibrita@sistemafieg.org.br

SIEEG

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal

Presidente: Domingos Sávio
Fone: (62) 3212-6092 - Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás

Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone: (62) 3223-6515 - Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás

Presidente: Hélio Nunes
simelgo@sistemafieg.org.br
Fone/Fax: (62) 3224-4462
contato@simelgo.org.br

SINDQUÍMICA-GO

Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás

Presidente: Jaime Canedo
Fone: (62) 3212-3794/Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás

Presidente: Enoque Pimentel do Nascimento
Fone/Fax: (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste

Presidente: Sérgio Scodro
Presidente-Executivo: André Lavor P. Barbosa
Fone: (62) 3223-9703
sindtrigo@gmail.com

OUTROS ENDEREÇOS

SIFAÇÚCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás

Presidente: Otávio Lage de Siqueira Filho
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano

Presidente: Heitor de Oliveira Nato Neto
Rua Costa Gomes, nº 143 Jardim Marconal
CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax: (64) 3623-0591
simesgo1@hotmail.com

SINDUSCON-GO

Sindicato das Indústrias da Construção no Estado de Goiás

Presidente: Carlos Alberto de Paula Moura Júnior
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste
CEP 74120-110 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3095-5155
contato@sinduscongoias.com.br

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas em Geral de Goiânia

Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás

Presidente: Otávio Lage de Siqueira Filho
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045
sifaeg@terra.com.br

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás

Presidente: José Nivaldo de Oliveira
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno
CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3251-3691
siagoarroz@hotmail.com

SINDICATOS/ANÁPOLIS

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis/GO - CEP 75113-630
Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3324-5997
fieg.regional@sistemafieg.org.br

SINDALIMENTOS

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis

Presidente: Wilson de Oliveira
sindalimentos@sistemafieg.org.br

SICMA

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis

Presidente: Anastácios Apostos Dagios
sicma@sistemafieg.org.br

SINDICERGO

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás

Presidente: Laerte Simão
sindicergo@sistemafieg.org.br

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis

Presidente: Jair Rizzi
siva@sistemafieg.org.br

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás

Presidente: Heribaldo Egidio
Presidente-Executivo: Marçal Henrique Soares
sindifargo@sistemafieg.org.br

SIMMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis

Presidente: Robson Peixoto Braga
simmea@sistemafieg.org.br

Senhor empresário: A FIEG é integrada por 36 sindicatos da indústria, com sede em Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Conheça a entidade representativa de seu setor produtivo. Participe. Você só tem a ganhar.

**SOLUÇÕES
TECNOLÓGICAS
QUE SE
ENCAIXAM
NA INDÚSTRIA.
ISSO É SENAI.**

*A tecnologia avança. O Senai também.
São vários cursos técnicos e de
qualificação oferecidos para o trabalhador,
e uma gama de soluções tecnológicas
exclusivas para sua empresa.
Isso significa mais produtividade,
eficiência e resultado nos negócios.*

**Senai. À frente do tempo.
Ao lado da indústria.**

FIEG SENAI

www.senaigo.com.br

SE O
FUNCIONÁRIO
FALTA, A
PRODUÇÃO
SENTE.



Sesi.
**Por trabalhadores produtivos
e indústrias competitivas.**

Com soluções oferecidas nas áreas de Educação Corporativa, Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, reduzimos o afastamento de funcionários para manter sua equipe sempre completa e a produtividade 100%.